

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano VIII — Nº. 46 — jul./ago. 2016



Mala Direta  
Básica

98123401950013 000000  
Florianópolis

Correios



**MEGAEVENTOS**  
Sem direitos na  
cidade olímpica

**POLÍTICAS  
PÚBLICAS**  
ACS na Saúde  
da Família:  
bastidores da  
polêmica

# Cartas na mesa

Conheça o  
**Poli**

**Material  
Educativo**

**Publicações**



**Ensino Médio Integrado à  
Educação Profissional**



**PROEJA**

**Ensino Profissionalizante  
para Jovens e Adultos**

**Programa  
de Vocação  
Científica**



**Revista**

**TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE**

**Biblioteca Virtual em Saúde**  
*Educação Profissional em Saúde*

**RETS**

**Rede Internacional de Educação  
de Técnicos em Saúde**

**Observatório  
Juventude & T**

**OBSERVATÓRIO  
dos Técnicos em Saúde**

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

<b>Especial Ataque aos Direitos</b>	
A sorte está lançada	4
Sobra dinheiro na previdência	6
Adeus ao direito do trabalho	10
Reforma ausente	14
Sonia Fleury - 'A democracia é que não cabe nesse governo'	18
Roberto Leher - 'Não é só uma lógica econômica, é um horizonte para a formação humana no Brasil'	20
<b>Almanaque</b>	22
<b>Políticas Públicas</b>	23
Por trás das portarias	
<b>Megaeventos</b>	28
Calamidade olímpica	
<b>Livros</b>	32
Resistência feminina no meio rural	
<b>Dicionário</b>	33
Ocupação	

A última Poli (edição 45) trouxe os bastidores, os principais atores e as possíveis consequências do golpe dado com a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Nesta edição, damos continuidade a essa análise a partir dos instrumentos que o governo provisório de Michel Temer já anunciou e planeja utilizar para consolidar seu projeto de país: as reformas da previdência, trabalhista e tributária (esta última adiada e enviesada nos objetivos).

Como a ameaça é real e muito danosa para os trabalhadores, para dar conta dessa tarefa, dividimos a matéria de capa em três partes e em mais duas entrevistas que apontam os rumos que o governo interino tem tomado nas áreas de saúde e educação. Os entrevistados Sonia Fleury e Roberto Leher analisam que concepções estão por trás da atuação de ministros como o da saúde, que disse ser preciso “reduzir o tamanho do SUS”, e o da educação, que se reuniu com o ator Alexandre Frota e o Movimento Revoltados On Line para ouvir sugestões da área.

No meio dessa conjuntura desfavorável, esta edição traz também os detalhes de uma mudança que gerou grande polêmica na Saúde: a edição de duas portarias que retiravam os agentes comunitários de saúde (ACS) da Estratégia de Saúde da Família no apagar das luzes do governo Dilma. Diante de muitos protestos, as portarias foram revogadas. Mas a situação levantou muitas questões sobre os interesses por trás da proposta e os trâmites da decisão.

Como se não bastassem tantas crises, as Olimpíadas no Rio desnudam ainda todos os atropelos e violações de direitos praticados contra as populações mais pobres do estado, exemplar do modelo de cidade voltada para os megaeventos que vem sendo incentivado no Brasil. Assim como na Copa, não há expectativa de legado positivo e as denúncias e preocupações se avolumam, como mostra a reportagem ‘Calamidade olímpica’, desta edição.

E como todo esse quadro provoca reações, o Dicionário traz o histórico e as reflexões sobre o verbete ocupação, que tem sido significativamente como uma estratégia de reivindicação e denúncia. E é sobre resistência também que fala o livro Mulheres e Agroecologia, objeto da resenha desta edição.

Boa leitura!

Ano VIII - Nº 46 - jul./ago. 2016  
Revista POLI: saúde, educação e trabalho -  
jornalismo público para o fortalecimento da  
Educação Profissional em Saúde.  
ISSN 1983-909X

#### Conselho Editorial

Alexandre Moreno, Isabela Cabral, Adeline Pe-  
reira, Ieda Barbosa, José Orbílio, André Feitosa,  
Ana Beatriz de Noronha, Leandro  
Medrado, Leandro Nardarcio, Maria Cecília  
Carvalho, Marcela Pronko, Páulea Zaquini, Paulo  
César de Castro Ribeiro, Sergio Munk, Marco  
Antônio Santos, Maria Emília Rossignaux, Telma  
Frutuoso, Andrea Oliveira, Elenice da Cunha.



/epsjvfiocruz



@epsjvfiocruz

Assine Nosso Boletim

Envie e-mail para [revistapoli@epsjv.fiocruz.br](mailto:revistapoli@epsjv.fiocruz.br)

#### Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

#### Editores e Repórteres

André Antunes  
Cátia Guimarães  
Maíra Mathias  
Raquel Júnia

#### Capa

Maycon Gomes

#### Comunicação Interna

Talita Rodrigues

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca  
Marcelo Paixão  
Maycon Gomes

#### Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria  
Tales de Oliveira

#### Analista de Gestão Educacional

Valéria Melo

#### Distribuição

Tairone Cardoso

#### Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

#### Tiragem

10.000 exemplares

#### Periodicidade

Bimestral

#### Gráfica

COAN Industria Gráfica Ltda

#### Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,  
Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484  
[comunicacao@epsjv.fiocruz.br](mailto:comunicacao@epsjv.fiocruz.br) | [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



## A sorte está lançada

Estado da arte das (contra) reformas do governo interino

André Antunes  
Cátia Guimarães  
Raquel Júnia

Foi tudo muito rápido. Primeiro eram palavras de ordem de uma ‘campanha’ sem eleição. Depois se transformaram num programa que prometia construir a ponte para o futuro do país. Passados quase dois meses de governo interino, o projeto que o PMDB encabeça começa a se transformar em propostas concretas.

Concreto talvez nem seja a melhor definição. Na verdade, todas as principais mudanças que o governo provisório quer implementar são de conhecimento público, estão noticiadas nos grandes jornais todos os dias, são repetidas em quase todas as declarações do ministro interino da Fazenda, Henrique Meirelles. Mas, curiosamente, apesar de tanta pressa, nenhuma delas foi formalmente apresentada. Ou melhor, quase nenhuma.

Entre as mudanças estruturais caracterizadas como “reformas”, a mais adiantada é a da previdência. Para ela, foi criado um Grupo de Trabalho com a participação de quatro centrais sindicais – Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) –, além da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para encaminhar o tema. Na primeira reunião, o governo interino apresentou o *seu* diagnóstico. Na segunda, as centrais entregaram propostas para aumentar as receitas da previdência. No dia 28 de junho, aconteceu o terceiro e último encontro. Nele, os ministros interinos encaminharam a substituição desse grupo por outro mais reduzido, agora com a presença de um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que até então não vinha participando das negociações, um integrante do governo interino e um porta-voz dos trabalhadores (Dieese). Antes do afastamento temporário, também a presidente Dilma Rousseff defendeu uma nova reforma da previdência como resposta à crise econômica: criou o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, que apresentou um relatório de diagnóstico mas não chegou a elaborar propostas. Agora, o governo interino promete enviar e aprovar a reforma da previdência no Congresso ainda este ano.

A reforma trabalhista sequer foi formalmente iniciada, no entanto, o seu objetivo principal – flexibilizar a Consolidação das Leis Trabalhistas de modo a garantir que o negociado entre patrão e empregado prevaleça sobre o legislado – está anunciado não só nas declarações do governo provisório como nos vários documentos que o presidente interino e sua equipe econômica receberam como demanda do grande empresariado brasileiro. Organizado em torno de entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), esse setor empresarial teve papel importante na campanha a favor do impeachment da presidente Dilma, que levou Michel Temer provisoriamente ao Planalto.

Olhando assim, o cenário parece ter avançado pouco desde a ‘Ponte para o Futuro’. Mas a verdade é que o primeiro e fundamental passo já foi dado. No último dia 15 de junho, o presidente interino entregou ao Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) que limita o crescimento do gasto público federal pelos próximos 20 anos. Se aprovado, o orçamento – que já não tem sido suficiente para áreas como saúde e educação – não poderá crescer mais do que o equivalente à inflação do ano anterior. Até o fechamento desta edição, a PEC estava na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara para ser votada quanto à sua admissibilidade. Se passar, segue para uma comissão especial e vai a plenário para depois ser apreciada pelo Senado.

Mas o que isso tem a ver com as reformas ditas estruturais? Em artigo no jornal Valor Econômico, o cientista político Marcos Nobre vai direto ao ponto, evidenciando o que caracteriza como a “esperteza da tática”: “[o governo interino] Embute no texto enxuto da PEC o anexo implícito de todo o catálogo de reformas: previdenciária, trabalhista, benefícios sociais e assim por diante. Instala o teto e só depois constrói a casa. Aprova-se primeiro a trava constitucional e depois se põe o Congresso diante do inevitável: ou faz as reformas ou inviabiliza a execução do orçamento que aprovou”, analisa.

De fato, os ‘gerentes’ do ajuste estrutural em curso pelo governo interino não fazem segredo sobre o pacote completo. Reconhecendo que,

sozinha, a imposição de um teto não é suficiente, Henrique Meirelles tem afirmado que o passo seguinte precisa ser a aprovação das reformas. “A reforma da Previdência é parte importante para que não se force a diminuição desproporcional de outras despesas caso a Previdência cresça a taxas acima da evolução do teto”., exemplificou, em matéria do site G1 no dia em que a PEC foi entregue ao Congresso.

Embora sem qualquer formalização por parte do Executivo, a reforma trabalhista também não está parada. Em encontro com empresários em meados de junho, o ministro interino da Casa Civil, Eliseu Padilha, previu que ela deveria ser apresentada e votada ainda este ano, “junto” ou, no máximo, “logo depois” da reforma da previdência. Parte essencial da agenda empresarial que tem sido acolhida pelo governo provisório, no entanto, já tramita no Senado. Trata-se do Projeto de Lei Complementar (PLC) 30, que regulamenta a terceirização do trabalho no Brasil e permite que todas as atividades de uma empresa possam ser executadas por trabalhadores terceirizados. Referindo-se a essa iniciativa, no mesmo encontro de empresários, Padilha afirmou que “aquele projeto que está no Senado deve ser votado com rapidez”.

O estado da arte das (contra) reformas consideradas estruturais depois de dois meses de governo interino apenas confirma a estratégia de enfrentamento da crise econômica apresentada no programa ‘Uma ponte para o futuro’. Como você leu na edição passada da Poli (nº 45), o diagnóstico das forças que sustentam o governo provisório do PMDB é de que a crise é resultado de um excesso de gastos do Estado. E que, por isso, o mais urgente é cortar custos – para isso serve a PEC 241, complementada pela reforma da previdência. Vale lembrar, no entanto, que, mesmo sozinha, essa PEC já significa uma redução brutal dos gastos sociais, porque acaba com a vinculação dos percentuais mínimos de investimento em saúde e educação à receita corrente líquida. Segundo cálculos da economista Laura Carvalho, no artigo ‘Quem não cabe no orçamento do Brasil?’, publicado no site Outras Palavras, se a regra já vigorasse no ano passado, por exemplo, poderia representar uma redução de 32% na saúde e 70% na educação. “Pior. Se o PIB brasileiro crescer nos próximos 20 anos no ritmo dos anos 1980 e 1990, passaríamos de um percentual de gastos públicos em relação ao PIB da ordem de 40% para 25%, patamar semelhante ao verificado em Burkina Faso ou no Afeganistão. E se crescêssemos às taxas mais altas que vigoraram nos anos 2000, o percentual seria ainda menor, da ordem de 19%, o que nos aproximaria de países como o Camboja e Camarões”, explicou. A estratégia combina com as concepções que o governo interino tem defendido nas áreas sociais: as declarações do ministro interino da saúde, Ricardo Barros, falam em redução do SUS e desregulamentação dos planos de saúde; na educação, Mendonça Filho acena com cobrança de mensalidade nas universidades públicas. Para completar esse balanço de quase dois meses de governo interino, essas políticas vão ser analisadas nas próximas páginas pelos pesquisadores Sônia Fleury, da Fundação Getúlio Vargas, e Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Outra forma de enfrentamento da crise é promover o crescimento econômico que, na cartilha do governo interino, significa “distribuir incentivos corretos para a iniciativa privada”. E é aqui que entra a reforma trabalhista com flexibilização dos direitos, o “incentivo” mais demandado pelo grande empresariado brasileiro neste momento. Seguindo à risca o roteiro do ‘Ponte para o Futuro’, o que pouco ou nada avançou nesses dois meses de governo interino foram discussões e medidas para uma reforma tributária que pudesse atuar do outro lado da balança da crise, aumentando a receita. No texto, já se avisava que “o aumento sem limite da carga tributária não é mais uma possibilidade”; na prática, a única menção ao tema, como proposta de recriar a CPMF temporariamente, foi rapidamente retirada em função da grita dos mesmos empresários que exigem as outras reformas e o “equilíbrio das contas públicas”.

Esse é o roteiro do que você vai ler nas páginas seguintes: um apanhado sobre o estado dessas três reformas – previdenciária, trabalhista e tributária –, que, pelo avanço ou pelo recuo, confirmam um receituário de desenvolvimento, uma concepção de política social e um lado na crise econômica. Definem, em última instância, quem paga ou quem não paga o pato. ●

# Sobra dinheiro na previdência

Especialistas desmentem números que anunciam rombo na previdência. Governo interino quer aprovar este ano contrarreforma que inclui ampliação da idade mínima para aposentadoria

Cátia Guimarães

“As pessoas não vão aceitar. Se elas tiverem acesso a essas informações, não podem aceitar isso”. A frase é da economista Denise Gentil, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A indignação é com a proposta de uma nova reforma da previdência, que o governo interino quer aprovar no Congresso Nacional ainda este ano. As informações que alimentariam essa recusa são a negação de tudo que você lê e ouve diariamente nos jornais: na pesquisa feita para sua tese de doutorado, Denise mostra, com dados oficiais, que o Brasil não tem nenhum rombo na previdência social. Mais do que isso: anualmente, sobra dinheiro no sistema público que garante aposentadorias e pensões a 32 milhões de trabalhadores. Até agora, o ‘otimismo’ da pesquisadora em relação a uma ‘grita’ da população tem razão de ser: segundo a pesquisa ‘Pulso Brasil’, realizada pelo Instituto Ipsos em junho deste ano, nos 70% de desaprovação do governo Temer, a forma como o interino vem atuando em relação à reforma da previdência é o que tem a maior taxa de rejeição – 44%.

O fato é que, como resposta à crise econômica, uma nova reforma da previdência vem sendo desenhada desde o ano passado, ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, tendo sido acelerado no governo interino. Embora já haja várias iniciativas nesse sentido (ver pág. 2), até o fechamento desta edição não havia sido formalizada uma proposta de reforma. Mas isso é apenas um detalhe. Desde o seu programa antecipado de governo até as muitas declarações na imprensa, não é segredo para ninguém que, entre outras coisas, o governo provisório quer instituir (e aumentar) a idade mínima para a aposentadoria e restringir as regras da previdência rural. O argumento é que, em nome do ajuste fiscal, são necessárias medidas estruturais que reduzam os gastos do Estado. E a previdência aparece destacada como o maior deles, responsável por um rombo que, segundo previsões do governo interino, deve chegar a R\$ 136 bilhões este ano. Esses números, no entanto, são desmentidos por estudiosos do tema.

## Contas que não batem

Por mais que a matemática seja considerada uma ciência exata, quando o assunto é a situação da previdência no Brasil, há muito tempo que dois mais dois não têm dado quatro. Para se ter uma ideia, enquanto os economistas do governo provisório apontam em 2015 um déficit de R\$ 85 bilhões, no mesmo ano as planilhas da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) anunciam um superávit de R\$ 24 bilhões (em 2014, foi de R\$ 53,9 bilhões). “O governo faz um cálculo muito simplório. De um lado, pega uma das receitas, que é a contribuição ao INSS, dos trabalhadores, empregadores, autônomos, trabalhadores domésticos, que é o que a gente chama de contribuição previdenciária. Do outro, pega o total do gasto com os bene-



Fonte: com dados da Anfip e Receita Federal referentes a 2014

ícios: pensão, aposentadoria, todos os auxílios – inclusive auxílio doença, auxílio-maternidade, auxílio-acidente – e diminuí. Então, isso dá um déficit”, explica Denise Gentil.

Pode parecer um erro matemático, já que a Constituição Federal estabelece, no artigo 194, que, junto com a saúde e a assistência social, a previdência é parte de um sistema de seguridade social, que conta com um orçamento próprio, alimentado por tributos criados especificamente para esse fim. Assim, diferente do que os governos fazem, na parcela de cima da conta da previdência – a receita – devem ser incluídas não apenas as contribuições previdenciárias mas também recursos provenientes da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS-Pasep. Não é um ‘detalhe’: contadas apenas as contribuições previdenciárias, a receita bruta da previdência em 2014 foi de R\$ 349 bilhões para pagar R\$ 394 bilhões em benefícios, o que dá um déficit de R\$ 45 bilhões – ainda assim muito menor do que o anunciado pelo governo. Quando, no entanto, se considera a receita total, incluindo os mais de R\$ 310 bilhões arrecadados da CSLL, Cofins e PIS-Pasep, esse orçamento pula para R\$ 686 bilhões.

Talvez você esteja supondo que o dinheiro que sobrou no orçamento da seguridade social mas faltou na previdência tenha sido usado nas outras duas áreas a que, constitucionalmente, ele se destina: saúde e assistência. Mas essa é uma meia verdade. A soma dos gastos federais nessas três áreas totalizou, em 2014, R\$ 632 bilhões. Como o orçamento da seguridade foi de R\$ 686 bi, no final de todas as receitas e todas as despesas, ainda sobram R\$ 54 bilhões. E como esse saldo se transforma em déficit? Com uma operação

simples: antes de destinar o dinheiro para as áreas devidas, o governo desvia 20% do total arrecadado com as contribuições sociais, o que, em 2014, significou um ralo de mais de R\$ 60 bilhões.

Na prática, isso significa que o orçamento que a Constituição vinculou, governos e parlamentos vêm desvinculando todos os anos, desde 1994. Trata-se da Desvinculação de Receitas da União (DRU), um mecanismo aprovado no Congresso a cada quatro anos que autoriza os governos a usarem livremente parte da arrecadação de impostos e contribuições, sempre sob o argumento de que é preciso desengessar o orçamento para melhor administrar o pagamento da dívida pública. Ela acaba de ser mais uma vez prorrogada, agora por um período mais longo (oito anos e não quatro) e com uma alíquota maior, de 30%. Segundo cálculos da Anfip, em 12 meses isso significará o desvio de cerca de R\$ 120 bilhões que deveriam alimentar o caixa da seguridade social. “Se a previdência é deficitária, o governo vai retirar 30% da onde? Como um sistema que está à beira de quebrar pode ceder 30% para outros fins que nem se precisa justificar?”, provoca Sara Graneman, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e pesquisadora do tema.

Por mais contraditório que seja, a DRU fornece o amparo legal para o cálculo dos governos, que contraria a garantia prevista na Constituição. Mas aqui é necessário cautela. Primeiro porque nem com a DRU o “rombo” chega perto do que os governos e jornais alardeiam. Segundo porque, mesmo com a DRU, o orçamento continuaria positivo se os governos não retirassem outra bolada do caixa da previdência e da seguridade como um todo por meio de isenções fiscais, ou seja, tributos que deixam de ser cobrados das empresas, como forma de ‘incentivo’. Agora mesmo em 2016, ano de crise, em que a reforma da previdência vem sendo debatida como prioridade tanto pelo governo eleito quanto pelo governo interino, a Lei Orçamentária Anual, enviada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso, prevê R\$ 69 bilhões de renúncia apenas do dinheiro específico da previdência. A simples decisão de não abrir mão desses recursos faria com que a previdência fechasse as contas no azul. Isso sem contar a sonegação fiscal que, segundo cálculos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, impediu que R\$ 453 bilhões chegassem aos cofres públicos no ano passado. Em outras palavras: o déficit é produzido, não por fórmulas matemáticas, mas por opções políticas. “Ninguém discute neste país os mais de R\$ 501 bilhões que foram gastos no ano passado com os juros da dívida. Ninguém discute os mais de R\$ 200 bilhões que foram gastos só para segurar a taxa de câmbio. Mas discute-se o fato de que 70% dos benefícios da previdência são de até dois salários mínimos. É uma loucura!”, diz Denise. Sara Granemann completa: “Não é a estrutura de financiamento nem a pirâmide etária que têm problemas. O problema é a retirada de recursos. Essa é a maior pedalada que o Brasil tem”.

### Concepções que não batem

Denise é enfática em afirmar que “não faz sentido falar em déficit da previdência”. E, ao dizer isso, ela não está apenas repetindo que as contas do governo estão erradas. “Trata-se de um princípio filosófico”, explica, defendendo a concepção que orientou o capítulo de seguridade social da Constituição. “A ideia é nós termos um sistema de proteção social que abrange as pessoas na velhice, na adolescência, na infância...”, exemplifica, para justificar por que essas áreas têm que ser geridas pela demanda e não pela oferta de recursos disponíveis.

O grande salto da Constituição foi compreender que, como sistema voltado a garantir direitos, a seguridade deveria ser “financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta”. O envelhecimento da população e a mudança na pirâmide etária brasileira, por exemplo, que têm sido usados como um dos principais argumentos em defesa de uma nova reforma, já estavam previstos no princípio que regeu esse capítulo da Constituição. Essa é uma das razões para

R\$ 349,5 bilhões  
**REC. PREV. LÍQ.**





que se tenha um orçamento composto não só por contribuições dos próprios trabalhadores e empregadores, mas também por tributos pagos pelas empresas em geral. A ideia era exatamente garantir sustentabilidade mesmo quando a população de idosos, que usufrui da aposentadoria, superasse a população economicamente ativa, que contribui para ela.

### Problemas do envelhecimento?

De fato, a medida mais alardeada na reforma da previdência prometida pelo governo interino é o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria. O argumento: a população brasileira está envelhecendo e, em 2040, essa mudança da pirâmide vai tornar o sistema insustentável. “Acho um certo excesso de zelo. Os governos não conseguem prever a próxima crise e querem nos convencer de que é isso que vai acontecer em 2040?”, ironiza Sara Granemann.

O argumento da pressão demográfica também não é novo. O relatório elaborado pelo grupo técnico instituído pelo governo Dilma, que discutiu o tema até pouco antes do afastamento da presidente, destaca que, em 2015, a expectativa de vida do brasileiro era de 75,4 anos e que, em 2042, esse tempo médio de vida subirá para 80,07 anos. Sara ressalta que essa mudança etária deveria ser comemorada e não servir de pretexto para se retirar direitos da população. “O aumento da expectativa de vida é um feito da humanidade no século 20. Se elevar para todo mundo a aposentadoria para 65 anos, por exemplo, você terá pessoas se aposentando a menos de dez anos da morte”, alerta. Mas o cenário pode ser ainda pior: matéria publicada no jornal O Globo no último dia 27 de junho afirma que o “governo Temer quer permitir aposentadoria só a partir dos 70 anos”. A notícia é que o projeto que está sendo elaborado proporia idade mínima de 65 anos para agora, ampliando para 70 daqui a 20 anos. “O cálculo é o quanto mais perto da morte o direito da aposentadoria deve chegar”, denuncia Sara.

Wilson Romero, presidente da Anfiip, explica que a primeira desmistificação que precisa ser feita é exatamente em relação a essa expectativa de vida. E aqui o pulo do gato do discurso governamental está em divulgar apenas a “média”. “Como estabelecer uma idade mínima para aposentadoria num país como o Brasil, onde no campo se morre aos 55 anos e no Rio Grande do Sul há quem viva até os 85, 90 anos?”, questiona, destacando que a maioria dos brasileiros que vivem sob condições precárias de trabalho morre antes de fazer jus à aposentadoria.

Mas os especialistas ouvidos pela Poli alertam ainda para uma segunda desmistificação necessária. “Já existe idade mínima”, diz Sara. Além dos

auxílios (doença, maternidade, entre outros), pensão por morte e benefícios acidentários e assistenciais, o Regime Geral da Previdência Social engloba três modalidades de aposentadoria: por invalidez, idade e tempo de contribuição. Por definição, não cabe restrição de idade para as aposentadorias concedidas a pessoas que, vitimadas por doenças ou acidente, tenham ficado impedidas de trabalhar. A aposentadoria por idade já estabelece o mínimo de 60 anos para mulheres e 65 para homens – nesse caso, o objetivo de uma nova reforma seria jogar a aposentadoria mais para frente. A modalidade por tempo de contribuição permite que o trabalhador tenha aposentadoria integral depois de contribuir por 30 anos, se for mulher, ou 35 anos no caso dos homens. É nessa modalidade que poderia estar concentrado o contingente de trabalhadores que conseguem o benefício aos 55 anos – média que tem sido alardeada pelos governos como a idade em que os brasileiros se aposentam. Mas, a partir de uma mudança implementada no ano passado, isso já não basta: agora, é preciso que a soma desse tempo de contribuição (30 e 35) com a idade resulte em 85 ou 90 para mulheres e homens, respectivamente. A cada dois anos, acrescenta-se um ponto nesse resultado final, de modo que, em 2026, a soma tenha que dar 90 e 100.

Além disso, mais uma vez, os números questionam o argumento: apenas 16,6% dos benefícios garantidos pela previdência brasileira, 5,4 milhões, estão nessa modalidade. A razão é simples: com o alto grau de informalidade e instabilidade do mercado de trabalho brasileiro, são poucas as pessoas que conseguem ter vínculo empregatício que gere contribuição por 30 ou 35 anos seguidos. Isso significa que a maioria da população brasileira se aposenta com uma idade muito maior do que aquela que é divulgada. Trata-se, mais uma vez, de uma ‘matemática’ particular: segundo Romero, mesmo não fazendo o menor sentido estabelecer idade para aposentadoria por invalidez ou pensão por morte, por exemplo, esses benefícios são contabilizados pelo governo no cálculo que produz a média de 55 anos.

BENEFÍCIOS PREV.	BENEFÍCIOS ASSIST.	B. FAMÍLIA/TRANSF.	FAT	OUTROS
R\$ 394,2 bilhões	R\$ 37,6 bilhões	R\$ 26,2 bilhões	R\$ 52,3 bilhões	R\$ 12,8 bilhões



## Velhice e desenvolvimento

Mas de pouco vale a desmistificação desses números diante da afirmação repetida de que, com a mudança da pirâmide etária, o sistema da previdência vai entrar em colapso em algumas décadas. “Não vai acontecer nada disso”, garante Denise Gentil, completando: “O discurso demográfico do envelhecimento populacional é um discurso do mercado financeiro”. Seu argumento é que não se pode fazer previsões para o futuro sem levar em conta uma variável que as análises “catastrofistas” dos governos sempre ignoram: a produtividade. “Quando você vê as planilhas do ministério da previdência, todas as variáveis estão projetadas para o futuro: massa salarial, massa de benefícios, inflação, taxa de crescimento do PIB... Só não tem a produtividade”, descreve. E explica: “Se tivesse esse cálculo, ficaria claro que, no futuro, embora existindo em menor número, cada trabalhador vai produzir muito mais do que se produz hoje. E que, portanto, essa capacidade produtiva maior vai gerar produto e renda no montante suficiente para pagar os salários dos ativos e os benefícios dos inativos”.

Diante de “uma produção gigantesca”, diz, a preocupação deve ser garantir um mercado consumidor à altura. E é aqui que entram os aposentados. “O envelhecimento da população não vai ser problema, mas solução”. Desde que eles tenham uma renda garantida, claro.

## Aposentadoria no campo e salário mínimo

Outro ponto que tem sido alardeado é a necessidade de se mudarem as regras da aposentadoria no campo. Hoje, a Constituição permite aos trabalhadores rurais se aposentarem cinco anos antes, sem exigência do tempo mínimo de contribuição, recebendo um salário mínimo. Segundo Denise Gentil, as discussões da reforma vinham cogitando não só igualar a idade como também condicioná-la à contribuição. “Como se você tivesse condições de comparar as realidades do trabalhador rural e urbano neste país”, contesta.

De fato, considerado isoladamente, o subsistema de previdência rural apresenta um déficit que, em 2015, foi de R\$ 90,9 bilhões. Romero explica que, de um lado, esse desequilíbrio expressa o impacto de uma medida positiva para os trabalhadores: o ganho real do salário mínimo na última década, que, “obviamente deu uma valorizada muito grande no benefício rural”. Mas o problema, na sua avaliação, está na falta de contribuição de um setor central da economia no campo: o agronegócio. Hoje, as empresas desse ramo são isentas de contribuição previdenciária sobre o que é exportado e pagam uma alíquota de 2,6% sobre a receita bruta da comercialização interna. Como regra geral, os outros setores pagam 20% sobre a folha de pagamento. “Isso tem sido contestado pela CNA [Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil], pelo ministério da agricultura, mas eu acho que é chegada a hora de o agronegócio, que tem sido tão incentivado, ser incentivado também a contribuir um pouco mais para o equilíbrio das contas da previdência rural”, analisa Romero. Essa foi uma das dez propostas formalmente entregues pelas centrais sindicais que compuseram o GT ao governo interino.

Não foi só sobre a previdência rural que a valorização do salário mínimo teve impacto. Por isso mesmo, uma das medidas que vem sendo anunciada desde o programa antecipado do governo interino é impedir que os benefícios previdenciários e assistenciais continuem tendo reajustes que acompanhem o salário mínimo. Para Sara Granemann, inclusive, essa é a diferença substancial que se pode destacar entre as propostas que circulavam no governo Dilma e as que se cogitam agora. “Para Temer, há uma fúria de desvincular e criar um outro índice, sem dizer qual. Se Dilma voltar, talvez não faça isso”, arrisca, ressaltando, no entanto, que, embora nunca tenha aparecido como

proposta, no governo petista o impacto dessa indexação também era apresentado como problema.

## Para que tudo isso?

Para os especialistas ouvidos pela Poli, tudo isso aponta um claro processo de privatização e financeirização da previdência brasileira, que traz muitos riscos para os trabalhadores. Denise explica que o que se chama de previdência privada é, na verdade, o investimento num fundo que aplica no mercado financeiro o dinheiro pago pelos trabalhadores. “Não é previdência, é investimento, com custo alto e retorno baixíssimo”, denuncia. Diferente da garantia que a previdência social oferece, aqui pode-se ganhar ou perder. O caso do Postalís, fundo de pensão dos funcionários dos Correios, que investiu em ações de risco e hoje acumula um rombo de quase R\$ 7 bilhões, é exemplar: uma das soluções propostas foi aumentar em 23 anos a contribuição de todos, inclusive daqueles que já teriam direito ao 'benefício'.

Segundo dados da Anfi, em fevereiro de 1997, o Brasil tinha 255 fundos de pensão que movimentavam R\$ 72 bilhões; em dezembro de 2015, eram 308 fundos com uma reserva de R\$ 685 bilhões. Isso talvez explique por que, na avaliação de Denise, a proposta de reforma da previdência nada tem a ver com fluxo de caixa: trata-se, na verdade, de um amplo acordo entre Estado e mercado financeiro, que envolve o pagamento dos juros da dívida pública e o fortalecimento dos fundos de pensão. “Os governos começam a divulgar que a previdência está quebrada porque as pessoas vão se sentir inseguras em usar o serviço público e correr para o banco fechar um plano privado. Com esse discurso, o governo tem empurrado a população para o colo dos bancos”, explica Denise, que alerta: “Você tem que se perguntar a quem serve essa reforma”. ●

*Leia sobre posicionamento das centrais sindicais no Portal EPSJV/Fiocruz*

**MIN. PREV.**  
R\$ 7,8 bilhões

**MIN. DES. SOCIAL**  
R\$ 7 bilhões

**MIN. SAÚDE**  
R\$ 94,2 bilhões

**DRU**  
R\$ 63,2 bilhões

**DÉFICIT?**

# Adeus ao direito do trabalho

Reforma trabalhista está na agenda dos empresários, de parlamentares e do governo. Centrais sindicais denunciam o fim da CLT, já que a tendência é a regulamentação da terceirização para todos os tipos de trabalho e a valorização do acordado sobre o legislado

Raquel Júnia



Neste momento, a CLT pode estar ameaçada. Como você já sabe, a reforma trabalhista é uma das “medidas impopulares” que, ao assumir, o presidente provisório Michel Temer disse que precisaria adotar. Diferente da Previdenciária, que já está no gatilho, as modificações na legislação trabalhista ainda não têm data para acontecer. No entanto, uma declaração aqui e outra acolá de representantes do governo evidenciam que o terreno está sendo preparado. No final de maio, o ministro interino do trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que o trabalhador “não vai ser surpreendido” em relação ao que chamou de “aprimoramento da legislação”, assumindo o compromisso de ouvir todas as centrais sindicais sobre o assunto. Durante um evento da central sindical UGT, no dia 7 de julho, Nogueira disse que até o meio de agosto um grupo de trabalho formado dentro do ministério deve apresentar estudo sobre a reforma. O programa do PMDB ‘Ponte para o futuro’ aponta claramente a necessidade de permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais. O empresariado, e, inclusive, setores da mídia comercial, também têm colocado o tema fortemente em pauta. Do mesmo lado do cabo de forças, o Congresso Nacional tem hoje em tramitação mais de 60 propostas que apontam modificações na legislação, além do projeto de lei que regulamenta a terceirização (PLC 30), à espera de aprovação no Senado.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já apresentou ao governo uma ‘Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018’, com propostas para diversas áreas, entre elas, as relações de trabalho. Segundo a CNI, defesas como a da valorização da negociação coletiva e a regulamentação da terceirização já foram apresentadas ao governo interino. “Nossa expectativa é que esse governo dialogue e debata essas propostas para que a gente possa encontrar uma solução positiva para colocar o nosso país de volta no rumo do crescimento”, afirma a gerente-executiva de relações do trabalho da CNI, Sylvia Lorena. Questionada se Temer seria mais permeável às mudanças pretendidas pela confederação, ela respondeu apenas que, assim como o anterior, este governo está disposto a conversar. A CNI, no entanto, foi uma das organizações empresariais que se posicionaram a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Em carta enviada aos deputados às vésperas da votação na Câmara, o presidente da entidade, Robson Andrade, defendeu: “é hora de mudar!”.

Mas por que uma reforma trabalhista traz tanta preocupação? A secretária nacional de relações do trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Graça Costa, explica que essa proposta de dar poder à negociação coletiva entre patrões e trabalhadores sem a mediação da legislação que estabelece direitos mínimos – o chamado acordado sobre o legislado – pode significar que

a CLT está com os dias contados. “A empresa vai poder muito bem acertar com o trabalhador algo bem menor do que está na Constituição e na CLT. Por exemplo, nós temos férias de 30 dias, será possível negociar férias de 20 dias apenas e isso passa a ser aceito. O risco é abrir a porteira, daí para frente não fica pedra sobre pedra”, alerta. Associada a essa preocupação, está a aprovação da regulamentação da terceirização. “Isso representaria ainda mais redução de salários e de direitos. Parece alarmante, mas é quase como se estivéssemos indo para a escravidão”, dispara.

Embora identifique também nos governos do PT iniciativas que flexibilizaram a legislação trabalhista, a outra central – CSP-Conlutas – se soma à preocupação. “O empresariado quer passar a ideia de que a legislação no Brasil é muito rígida, protetiva demais, mas isso não é verdade. Além da terceirização, que já é muito ampla, temos uma série de regras que permitem a flexibilização do contrato de trabalho e possibilidades de burlar o que está previsto na CLT. Para se ter uma ideia, existem categorias, como o pessoal do telemarketing, por exemplo, que só agora estão conquistando como piso o salário mínimo”, afirma Cacau Pereira, membro da secretaria executiva nacional da Conlutas. De acordo com a legislação, nenhum trabalhador brasileiro pode receber menos que o salário mínimo, mas no exemplo citado pelo sindicalista, funcionários de telemarketing com jornadas de quatro horas recebiam um valor proporcional às horas trabalhadas, o que resultava em vencimentos bem abaixo do mínimo, que atualmente está em R\$ 880.

## Agenda empresarial

Na linha de frente da mobilização por mais flexibilidade, os empresários têm o discurso afinado sobre a rigidez da legislação trabalhista brasileira. A representante da CNI, Sylvia Lorena, afirma que a legislação impede acordos coletivos. “Não há espaço para negociação coletiva, essa legislação é rígida, com a ideia de que somente a lei pode garantir direitos trabalhistas e reger as condições de trabalho. Então, há pouco espaço para os regimes e arranjos atípicos e flexíveis, pouco espaço para negociar as peculiaridades das mais variadas condições de trabalho”, argumenta. Ela nega que as mudanças viriam para reduzir direitos dos trabalhadores e esvaziar a CLT. “O acordo coletivo passaria a ter força de lei, se não tiver acordo permanece a legislação trabalhista”, defende.

O posicionamento da CNI passa também pela quantidade de processos na Justiça do Trabalho, o que, segundo a confederação, é uma prova de que a legislação não favorece o diálogo entre patrões e empregados. “Hoje nós temos tramitando na Justiça do Trabalho mais de oito milhões de processos. É claro que isso não é culpa só da legislação que está desatualizada, mas com toda certeza, este é um fator importante”, diz Sylvia. Ela reclama também do que chama de insegurança jurídica, situações nas quais os acordos coletivos que modificam o que está previsto na legislação são questionados na justiça. “Quando você tem uma jornada legal de 44 horas e diminui para 30 horas, dificilmente alguém vai questionar na justiça. Agora, se você tem uma jornada e estabelece que um dia você trabalhar mais e no outro vai compensar e sair mais cedo, você tem uma insegurança neste acordo”, reclama.

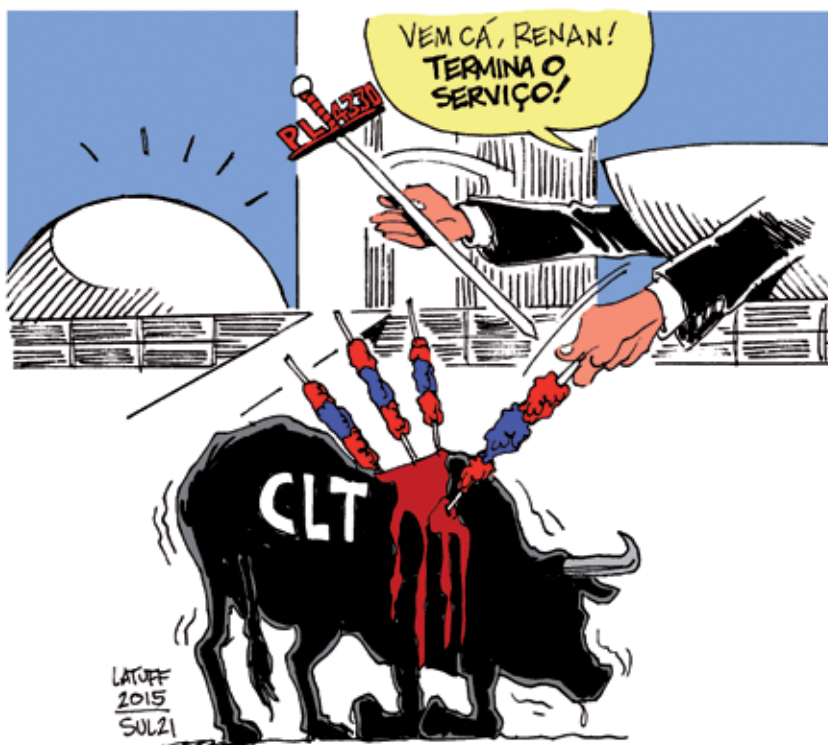
O presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira, contesta a afirmação de que o grande número de processos trabalhistas é um indício de desatualização da lei. Para ele, a relação é inversa: os empregadores ainda não se conscientizaram dos direitos mínimos que precisam ser respeitados. “Há um grande número de processos na justiça basicamente porque há um grande número de descumprimento do ordenamento jurídico. O maior número de processo é por conta simplesmente do descumprimento do pagamento de rescisão de contrato e horas extras não pagas”, detalha.

Germano explica que os acordos devem servir para ampliar o que já está previsto na legislação e que, caso aconteça o contrário, devem ser de fato questionados na justiça. “O acordo coletivo de trabalho não foi criado para proteger a estrutura empresarial. Não pode, por exemplo, prever o fracionamento do pagamento do 13º durante o ano inteiro. Se nós combinarmos o artigo 7º com o artigo 114, parágrafo segundo da Constituição, fica muito cla-

ro que o acordo deve vir a cada ano para olhar para o que já foi construído e tentar construir alguma coisa a mais. Pode até ser que diante de um panorama econômico se diga que não será possível avançar. Mas regredir só é possível até o limite em que a Constituição já estabelece, que é a redução da jornada e proporcionalmente dos salários”, completa.

Mas é exatamente além disso que o empresariado quer avançar. A CNI argumenta que há acordos hoje impedidos pela legislação que poderiam beneficiar os dois lados. “Por exemplo, a lei determina que quem trabalha oito horas por dia tem que ter um intervalo de no mínimo uma hora de almoço. Aí a minha empresa faz uma negociação com o sindicato dos trabalhadores dizendo o seguinte: ‘olha, eu vou fornecer refeitório aqui na minha empresa e ao invés de tirar uma hora de intervalo de almoço, você vai tirar o intervalo de 45 minutos. Em compensação, além de almoçar no refeitório aqui, você vai sair 15 minutos mais cedo’. Esse tipo de acordo por vezes é anulado na Justiça do Trabalho”, aponta Sylvia. Para Germano, é contra esse tipo de flexibilização aparentemente ingênua que a lei protege o trabalhador. “Quando se definiu um regime de intervalos, isso não foi tirado da cartola, não foi inventado de forma arbitrária. O intervalo de uma hora em uma jornada de oito horas foi devidamente estudado e chegou-se à conclusão de que menos do que isso agride a saúde do trabalhador. É uma questão de saúde ocupacional, de interesse público, porque isso aumentaria a possibilidade de acidentes de trabalho, por exemplo. Eu lamento que os segmentos empresariais não estejam atentos a isso”, rebate.

Para mostrar como as críticas à CLT estão relacionadas também à classe social a quem a lei se destina proteger – no caso, os trabalhadores – o juiz faz uma comparação. “O direito do consumidor, que é basicamente de classe média e inverte tutelas protetivas da mesma forma ou em grau até mais intenso, não sofre essa crítica. O direito do consumidor diz claramente que quem tem que provar que o produto não é defeituoso é o empresário. No en-



tanto por que não se fala que a indústria vai fechar por conta do direito do consumidor? Claro que não vai fechar por conta disso, como não irá à bancarrota pelo direito do trabalho”, aponta.

### Ameaça aos trabalhadores rurais

A pauta dos empresários que vem sendo acolhida pelo governo provisório atinge também as relações trabalhistas no campo brasileiro. No documento ‘Pauta Positiva 2016-2017’, a Frente Parlamentar da Agropecuária e o Instituto Pensar Agropecuária – que reúne mais de 30 associações e sindicatos patronais do campo – dizem claramente que querem “estabelecer limitações aos auditores do trabalho e às edições de Normas Regulamentadoras do Trabalho”, além de relativizar o conceito de trabalho escravo, diferenciando-o de condições degradantes de trabalho e jornada exaustiva. Além disso, apresentam demandas como a aprovação do PLC 30, que regulamenta a terceirização, e do PLS 208/2012, que possibilita a extensão da jornada de trabalho no campo para até 12 horas. Não parece coincidência que o autor deste último projeto seja o então senador Blairo Maggi (PPMS), que se tornou ministro da agricultura do governo interino.

Para o secretário de assalariados e assalariadas rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Elias D’ângelo, a alta informalidade no campo, que atualmente está na casa dos 60% (na cidade é cerca de 28%), já deixa os trabalhadores rurais em situação muito vulnerável. Com a aprovação dessas propostas, o cenário pode se tornar ainda mais crítico. “Ainda existe um índice muito alto de trabalho escravo no campo. É só haver uma ação mais efetiva em algum estado que encontramos um número maior de resgatados naquele estado. Com a terceirização da mão de obra, essa informalidade e o trabalho escravo podem agravar”, afirma. Segundo ele, a fiscalização já é extremamente deficiente, com número de auditores fiscais insuficiente e condições precárias de trabalho.

A aprovação do PLS 208 caminha, segundo Elias, na contramão do que os trabalhadores do campo têm reivindicado, que é a diminuição da jornada de trabalho. “Nós temos uma proposta de reduzir a carga horária que já é muito pesada no campo e em uma atividade muito exaustiva. Ao invés de resolver esse problema, em nome de aumentar a produtividade em momentos de crise, se penaliza o trabalhador mais uma vez”, lamenta.

### Quem perde com a crise

As negociações coletivas celebradas em 2015 apresentaram os piores resultados em termos salariais desde 2004. Os dados são de um balanço realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo o estudo, de 708 negociações analisadas, 18% foram fechadas com reajustes abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) medido pelo IBGE e quase 30% não representaram nem perdas nem ganhos para os trabalhadores. O ganho real médio, que oscilava entre 1% e 2% acima do INPC desde 2008, em 2015 foi praticamente nulo. A indústria foi o setor no qual os trabalhadores tiveram menos ganhos. O estudo atribui o resultado à variação da inflação, ao baixo crescimento econômico e ao nível de desemprego. Para as centrais sindicais, os dados reforçam que em momentos de crise, os trabalhadores não conseguem negociar acordos mais favoráveis.

A crise foi inclusive o argumento utilizado pelo governo da presidente Dilma para adotar um programa cuja avaliação sobre os benefícios para os trabalhadores não é consenso entre as centrais sindicais – o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O PPE chegou até a fronteira de flexibilização prevista na Constituição e celebrou um acordo com empresas para a redução de jornadas e salários em troca da manutenção de postos de trabalho. Parte da redução dos salários, no entanto, é compensada pelo governo ao empregado por meio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Segundo dados do Ministério do Trabalho, 55 mil empregos foram preservados e, com a adesão de novas empresas ao programa, este número pode chegar a 60 mil. Para a Conlutas, no entanto, o PPE mostra que esse tipo de flexibilização não traz resultados significativos do ponto de vista do emprego e beneficia novamente os empresários. “Se analisarmos, os setores que estão utilizando o PPE são, em geral, aqueles que receberam recursos públicos através das isenções fiscais, como no caso do setor da chamada linha branca e das montadoras de automóveis. Foram setores que tiveram muitos ganhos e, com o agravamento da crise econômica, a primeira coisa que fazem é jogar

os custos dessa crise para os trabalhadores e mais uma vez usando o recurso público”, critica Cacau. Para a Conlutas, o programa revela a opção dos governos anteriores de proteger os grandes grupos econômicos, situação que tende a se agravar no governo interino Temer.

Apesar de inicialmente apoiar a iniciativa, agora a CUT também faz algumas ponderações ao PPE. Segundo Graça Costa, a central apoiava o programa apenas no setor metalúrgico, cujos trabalhadores estavam especialmente vulneráveis de demissão. “Era especificamente para tentar frear aquele índice de desemprego que estava em curso entre os metalúrgicos. Infelizmente vira uma lei nacional que pode ser usada em outros setores e isso foi um risco que se correu. Mas como não era algo obrigatório, não teve grande repercussão”, avalia. A sindicalista discorda que o PPE já era uma forma de flexibilizar a legislação porque não abriu brechas para alterar benefícios, diferente das ameaças do cenário atual.

## Terceirização

O PLC 30, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), já foi aprovado na Câmara e tramita em comissão especial no Senado. O relator da matéria Paulo Paim (PT-RS), contrário ao projeto, já afirmou que o PL “joga no lixo a CLT”. O projeto permite que a terceirização aconteça em todas as atividades de uma empresa e não apenas nas atividades-meio, como já é permitido atualmente. “Nós temos aproximadamente 12 milhões de trabalhadores terceirizados e aproximadamente 35 milhões de contratados diretamente. O que esse projeto pode gerar é a inversão desses números. Como regra, o trabalhador terceirizado tem o salário inferior cerca de 30% em relação ao contratado diretamente. Coletivamente, para a economia, isso seria absolutamente desastroso, porque uma redução global e sistêmica de salários impactaria o poder de compra de toda a população”, alerta Germano Siqueira. O juiz lembra que os terceirizados são também os que mais sofrem acidentes de trabalho.

A CNI contesta o alto índice de acidentes de trabalho e piores condições de salário no setor terceirizado. “Não há essa diferença salarial, porque quem fixa o salário é o mercado. Quanto ao acidente de trabalho, empregadores de empregados diretos ou de empregados terceirizados são obrigados a cumprir as regras de segurança e saúde do trabalho”, diz Sylvia. Germano Siqueira rebate: “Na terceirização a mão de obra vira mercadoria. O intermediador não tem como investir na mão de obra porque ele precisa vendê-la por um valor baixo, então ele não dá treinamento algum. Eu já julguei casos de terceirização do setor elétrico em que os trabalhadores foram fazer operações de risco em redes de alta tensão sem nenhum equipamento de proteção individual”, exemplifica.

Os dados sobre salários mais baixos dos terceirizados apresentados por Germano são corroborados por um estudo elaborado pelo Dieese. Segundo a pesquisa, em 2010, os salários pagos aos terceirizados eram 27% menores do que os de contratados diretos que exerciam a mesma função. Para contrapor esse dado, a representante da CNI cita um estudo de Hélio Zylberstajn, que mostraria não haver diferença. Entretanto, mesmo os números disponibilizados por esse pesquisador em uma nota técnica do Ipea, escrita em conjunto com Guilherme Stein e Eduardo Zylberstajn, apresentam uma diferença salarial de 17% entre terceirizados e contratados diretos.

## O mito da geração de emprego

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad), do IBGE, mostram que o desemprego no trimestre encerrado em maio atingiu 11,2%, o pior resultado desde 2012, quando o estudo começou a ser feito. A população desempregada é de mais de 11 milhões e o número de trabalhadores com carteira assinada diminuiu 4% em relação ao mês de maio do ano passado.

Neste cenário, a flexibilização da legislação é encarada pelos empresários e pelo governo interino como uma forma de auxiliar a geração de mais postos de trabalho. O professor da Faculdade de Economia da Unicamp, Marcio Pochmann, no entanto, defende que a geração de emprego e a recuperação

econômica do país não têm como entraves a legislação trabalhista. Segundo ele há uma divergência sobre como se determina o emprego numa sociedade capitalista. “Há essa interpretação que os empresários vocalizam de que o emprego é determinado pelo custo de contratação. E que, reduzindo este custo, além de políticas de redução de impostos e custos de produção, como fez a presidente Dilma com a redução da energia elétrica, por exemplo, torna-se mais fácil a empresa contratar alguém e concorrer melhor”. Mas, na visão do economista, essa relação não se traduz necessariamente em mais empregos. “O que determina o emprego é a existência de demanda para o produto produzido. Na medida em que se reduz o custo de contratação e os salários também caem, se reduz o consumo, então, as empresas poderão produzir com menor custo, mas dificilmente terão condições de vender, pois não haverá consumidores na mesma quantidade. Ao invés de a empresa contratar, ela vai demitir as pessoas que já tem. A empresa vai dizer que se for menos custoso contratar alguém ela vai contratar mais, mas não é verdade: a empresa não contrata alguém porque o custo é barato, ela contrata porque há demanda para os seus produtos”, explica.

Pochmann alerta que, nestas condições, aprovar uma reforma trabalhista vai necessariamente resultar em perdas. “No fundo, o que querem é rebaixar a lei, impor um ambiente de excedente de mão de obra, de alto desemprego, fazer com que os trabalhadores aceitem os empregos com os salários e condições de trabalho abaixo da atual legislação”, aponta. O professor acrescenta que medidas como essa não recolocam o país em uma trajetória de crescimento. “O Brasil tem condições de enfrentar essa crise, mas isso pressupõe uma política econômica diferente dessa que está em curso, que dificilmente vai aceitar a tese da recuperação da economia com investimento. A determinação do emprego é dada pela ampliação do consumo, investimento, gasto público. É isso que faz com que as empresas contratem mais pessoas”, reforça. ●

# Reforma ausente

Governo interino fala pouco em reformar o sistema tributário brasileiro, mas o que ele diz sinaliza retrocessos para uma estrutura tributária que já é uma das mais injustas do mundo

André Antunes



Uma frase como “a carga tributária brasileira é muito alta e cresceu muito nos últimos 25 anos” poderia ter sido dita por qualquer empresário que tivesse oportunidade de dar sua opinião sobre tributação. Mas é, na verdade, uma das poucas coisas que o documento ‘Uma ponte para o futuro’, do PMDB, fala sobre este tema. O pouco que ele fala, no entanto, diz muito sobre quais os interesses que estão representados ali. Frase semelhante foi dita recentemente por Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), uma das entidades empresariais mais atuantes na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff. “Ninguém aceita pagar mais impostos. Já se paga bastante”, afirmou Skaf, em maio, em resposta a uma declaração do então recém-empossado ministro interino da Fazenda. Henrique Meirelles havia sinalizado de que o governo provisório poderia adotar um tributo temporário, a CPMF, “se necessário”. Dita dessa maneira indistinta, a frase de Skaf pode até ter forte apelo mobilizador para campanhas do tipo ‘Não vou pagar o pato’, puxada pela Fiesp. Ao mesmo tempo, no entanto, a frase mascara um dado que vários economistas têm procurado reforçar no contexto do ajuste fiscal implementado desde 2014: quem paga mais impostos no Brasil não são empresários ricos, como o presidente da Fiesp, mas sim os trabalhadores assalariados e os pobres. São eles que “pagam o pato” por uma estrutura tributária altamente regressiva, que onera muito mais o consumo do que a renda e o patrimônio.

Segundo dados da Receita Federal, 51,4% da arrecadação tributária brasileira em 2014 foi composta por impostos incidentes sobre bens e serviços, como ICMS, ISS e IPI. Impostos sobre a renda e a propriedade, como o imposto de renda, IPTU, IPVA, entre outros, foram responsáveis por 22,19% da arrecadação, enquanto aqueles incidentes sobre a folha de salários, como o PIS e o Cofins, somaram 25,18%. “Temos uma assimetria no nosso sistema tributário”, afirma Rodrigo Orair, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). E explica: “Isso tem um impacto ruim, porque impostos sobre bens e serviços não diferenciam ricos e pobres.” O resultado é que enquanto os 10%

mais pobres gastam 32% de sua renda com impostos, os 10% mais ricos gastam apenas 21%, segundo dados do Ipea.

Esses números não são nenhuma novidade. Essa distribuição permanece relativamente inalterada desde 2005, pelo menos, segundo a Receita Federal. No entanto, chama atenção a ausência de um debate mais aprofundado sobre a estrutura tributária brasileira nos receiptuários apresentados pelo governo interno e pelo empresariado para sair da crise. Sobram críticas à elevada carga tributária no Brasil, comparável a de países ricos, como sentença o documento de propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para as eleições de 2014. Os dados sobre a carga tributária brasileira vêm em geral acompanhados de uma comparação com a de outros países para justificar a prioridade dada ao corte de despesas do Estado. O documento ‘Uma ponte para o futuro’ não é diferente: “Em 1985, data da redemocratização, os impostos representavam 24% do PIB”, diz o texto. “Neste mesmo ano, nos Estados Unidos, a carga tributária era de 26%, um pouco acima da nossa. Na Alemanha era de 38% e na Inglaterra, 38%. Em 2013, nossa carga tinha saltado para 36% do PIB, enquanto nos Estados Unidos ela baixara para 25%, na Alemanha subira para apenas 37%, e na Inglaterra, caiu para 33%”, afirma o documento, que conclui então que todos os países “relevantes” mantiveram ou mesmo baixaram os impostos em relação à renda. “A Coreia tem hoje uma carga tributária de 24% e o México, 20%. Isso mostra que chegamos claramente a um limite para a cobrança de impostos no país”, conclui.

O documento, contudo, apresenta omissões importantes, e até imprecisões. Segundo Rodrigo Orair, os dados mais confiáveis sobre a carga tributária brasileira

hoje estão em uma nota técnica produzida pela Secretaria do Tesouro Nacional de 31 de março de 2016, que a situa num patamar inferior aos 36% apresentados pelo governo: em 2015, ela foi de 32,7%. “Um primeiro mito é o de que ela está crescendo. Na verdade, ela não cresce desde 2005”, diz Orair. O período corresponde ao início da política de desonerações tributárias como incentivo ao crescimento. A principal delas foi a desoneração da folha salarial a partir de 2011. “Um volume bastante grande, em benefício principalmente dos empresários. Começam o pato que agora não querem pagar”, assinala Orair.

O Brasil fez o caminho inverso da maioria dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo Orair, 21 dos 34 países do grupo implementaram alguma medida no sentido de ampliar a tributação sobre os mais ricos a partir de 2008. “Nos países desenvolvidos, um dos legados da crise tem sido ampliar a carga tributária sobre os mais ricos para fazer frente a esse esforço de consolidação fiscal, que para eles não tem só que incidir sobre os mais pobres”, afirma. Outra discrepância importante é com relação à base sobre a qual incide a maior parte da carga tributária: no caso brasileiro, sobre bens e serviços; na média dos países da OCDE, renda e patrimônio e a contribuição patronal sobre a folha salarial têm uma participação bem mais acentuada. Para efeito de comparação, enquanto no Brasil, 15,4% do PIB provêm de tributos sobre bens e serviços, na média da OCDE, esse número é de 10,2%; os tributos sobre a folha salarial, por sua vez, respondem por 9,2% do PIB brasileiro e, no caso da OCDE, 13,9%; por fim, a porcentagem do PIB proveniente dos impostos sobre a renda e o patrimônio no Brasil é de apenas 8,1%, bem menor do que a média da OCDE, de 12,2%. “Nossa carga tributária de fato é próxima da OCDE, mas a gente tributa muito menos a renda e o patrimônio”, aponta o economista do Ipea. E contextualiza: “Quem se propõe a universalizar saúde e educação e ter uma alta cobertura da previdência no setor público, como o Brasil, possui um nível de carga tributária maior. É possível um país desenvolvido como os Estados Unidos ter uma carga tributária baixa, mas ele não se propõe a ter um serviço universal de saúde, tampouco a ter um regime previdenciário amplo como o Brasil. Então você não pode comparar”, avalia Orair.

A omissão é antiga. Segundo o artigo ‘A reforma tributária: removendo entraves para o crescimento, a inclusão social e o fortalecimento da federação’, assinado em conjunto pelo professor da Escola de Governo do Legislativo de Minas Gerais, Fabrício de Oliveira, e pelo professor do Instituto de Economia da Unicamp, Geraldo Biasoto Junior, nenhum dos governos do período democrático se dispôs, até hoje, a enfrentar essa questão, “a não ser introduzindo algumas mudanças pontuais e localizadas em sua estrutura, geralmente guiadas pelo imediatismo, que mais contribuíram para aumentar o seu grau de degeneração do que propriamente para recuperá-lo como instrumento de política econômica e social”. Como explica Rodrigo Orair, a recriação da CPMF, proposta mais concreta apresentada até agora para aumentar as receitas, não rompe com essa tradição. “Ela é um caminho conveniente, já se sabe administrá-la, mas não muda essa estrutura de tributação. É mais um imposto sobre serviços”, diz o pesquisador do Ipea. O professor da Universidade de Brasília (UnB), Evilásio Salvador concorda, mas pondera que ele pode ser um mecanismo para o combate à sonegação fiscal, que segundo dados do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) atinge números astronômicos no país: só em 2014 o Estado deixou de arrecadar R\$ 518 bilhões em impostos sonegados, três vezes mais do que o déficit fiscal deste ano aprovado

pelo Congresso em maio, que foi de R\$ 170 bilhões. “A CPMF permite o cruzamento de informações sobre a movimentação financeira e o que de fato as pessoas declaram em termos de renda e patrimônio ao Fisco, o que facilitaria a identificação dos sonegadores. Eu acho que essa é a principal resistência à recriação do CPMF, ainda que isso não seja dito em público, claro”, opina Salvador.

O tributo sobre movimentações financeiras, que vigorou entre 1997 e 2007 vinha sendo discutido ao longo do segundo governo Dilma como forma de ampliar a arrecadação da Previdência Social. Segundo Orais, sua arrecadação girava em torno de 1,3% do PIB, mas com uma alíquota maior do que os 0,2% da proposta mais recente, que pelos seus cálculos poderia significar algo entre 0,7% e 0,9% do PIB. No entanto, o Planalto enfrentava dificuldades para aprovar a proposta no Congresso devido à resistência do empresariado, amparado por pesquisas encomendadas por entidades com a Fiesp e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) que apontavam uma rejeição de mais de 70% da população à proposta. Sob o governo interino, ela chegou a ser proposta como medida emergencial para a crise, mas durou pouco: no dia 16 de junho, o ministro provisório do Planejamento, Dyogo Oliveira, anunciou que retiraria a CPMF da projeção de receitas do governo para 2017.

### **‘Simplificação’ no centro da agenda**

No dia 30 de junho, mais de 500 empresários da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) compareceram ao Palácio do Planalto para uma reunião com o governo interino. O objetivo: promover um “diálogo aberto e transparente entre governo e setor produtivo”, segundo assessoria da CACB. Michel Temer iniciou o diálogo: “Para ter emprego, é preciso que a iniciativa privada aja e tenha sucesso na sua atuação”, disse, ovacionado pelos empresários presentes. Ao final do encontro, eles entregaram a Temer um documento contendo propostas para garantir a atuação bem sucedida da iniciativa privada. Entre elas, há um diagnóstico sobre o sistema tributário, cuja “complexidade e ineficiência” teria consequências negativas “sobre o empresariado e a economia, consequentemente sobre o crescimento do país”. A simplificação do sistema tributário é uma demanda antiga do empresariado nacional, presente também nas propostas de entidades como a CNI e a Fiesp. Não por acaso, entre as poucas linhas dedicadas ao tema no documento ‘Um ponte para o futuro’, está a defesa de um “vasto esforço de simplificação” da área tributária, com destaque para a redução do número de impostos e unificação da legislação do ICMS. O diagnóstico é feito com base em dados do ‘Relatório Global de Competitividade 2015-2016’, do Fórum Econômico Mundial, que apontou que o “nível dos impostos e a complexidade tributária” respondem pelo maior fator de problemas para realizar negócios no país.

Essa é uma demanda que circula há algum tempo no meio empresarial. Consta, por exemplo, do documento ‘Cumulatividade: eliminar para aumentar a competitividade e simplificar’, apresentado pela CNI no contexto das eleições de 2014. Ela foi também o foco da PEC 233/2008, apresentada pelo governo federal para votação ao Congresso durante o segundo governo de Luis Inácio Lula da Silva. A matéria acabou não avançando no Legislativo, muito por conta da resistência de movimentos ligados à seguridade social, que viam nela uma ameaça ao seu financiamento. Isso porque ela envolve transformar em um único imposto federal duas das contribuições sociais que pela Constituição

de 1988 são destinadas para a seguridade social, a PIS/Pasep e a Cofins. “Esse é o grande temor que vem com uma proposta de simplificar o sistema tributário, de junto com isso se abolir a vinculação das contribuições sociais ao financiamento da seguridade social. Porque na forma atual, por ser contribuição, ela tem um fim específico, diferentemente dos impostos, que são de uso geral.”, diz Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O argumento à época era que o orçamento da seguridade social seria garantido por uma lei complementar que seria criada após a aprovação da PEC, no mesmo patamar do montante destinado à área naquele ano pelo modelo de contribuições sociais. Mas a justificativa não convence o professor da UnB, Evilásio Salvador. “Por que vou abrir mão de um orçamento que existe hoje com contribuições vinculadas por uma lei a ser criada para regulamentar no futuro? A Constituição tem mais de 20 leis que nunca foram regulamentadas, entre elas a que cria o Imposto sobre Grandes Fortunas”, lembra. Ele acredita que a proposta seja uma tentativa explícita de desmontar as vinculações para a área social. “A Constituição criou um orçamento da seguridade social como forma de estruturar uma forma de financiamento das políticas sociais porque a área social nunca contou com recursos para o seu financiamento no país”, explica. Ele ressalta que enquanto o PIS financia o seguro-desemprego, a Cofins é atualmente o principal tributo que financia saúde e assistência social e o segundo mais importante no financiamento da previdência social no Brasil. “Você simplesmente tornar isso um imposto e jogar para dentro do orçamento fiscal significa que essas políticas vão ter que disputar recursos dentro



do orçamento fiscal. Quem você acha que vai perder dinheiro nessa história? As empreiteiras? Os banqueiros? É claro que vai ser a área social”, conclui.

### **Justiça tributária: fim de privilégios**

No dia 1º de julho deste ano, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a Comissão do Pacto Federativo vai discutir a PEC 96/2015, que reajusta as alíquotas incidentes sobre doações e heranças no país. O Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doações (ITCD) é de competência estadual, mas sua alíquota máxima foi limitada a 8% por uma resolução de 1992 do Senado Federal. Na média, entretanto, a alíquota cobrada sobre heranças não passa de 4% no Brasil, a menor entre os países que realizam essa cobrança. Países como Inglaterra, França, e Japão possuem alíquotas médias bem superiores: 40%, 32% e 30%, respectivamente. Em 2013, esse imposto representou apenas 0,24% da arrecadação tributária no país. A proposta da PEC 96 é possibilitar a cobrança de um adicional federal além dos 8% permitidos hoje, limitado à alíquota máxima do imposto de renda, que é de 27,5%. Segundo o autor da proposta, senador Fernando Bezerra, a medida poderia significar uma receita adicional de até R\$ 15 bilhões ao ano. O senador ressaltou, entretanto, que a proposta é encarada como uma alternativa ao Imposto sobre Grandes Fortunas, tributo garantido pela Constituição de 1988, mas até hoje nunca regulamentado no país. A ausência de um imposto sobre grandes fortunas é outra característica brasileira que o diferencia de muitos países, como França, Espanha, Argentina, Uruguai e Colômbia. “Esse é um tema complexo no mundo todo: como a gente faz para tributar o patrimônio dos mais ricos no mundo globalizado, em que o patrimônio está fluindo, indo de um lado para outro, há paraísos fiscais? Não é simples. Mas também não é impossível, de maneira alguma”, avalia Rodrigo Orair.

A ampliação da tributação sobre heranças é vista como uma medida importante, mas não suficiente. A baixa tributação sobre heranças é apenas uma das distorções do sistema tributário brasileiro. Uma das principais delas está na lei 9.064/1996, aprovada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu a isenção de impostos sobre lucros e dividendos distribuídos pelas empresas aos seus sócios e acionistas. O fim dessa ‘regalia’ está no topo da lista das propostas de reforma que, ao contrário do que tem sido defendido pelo governo interino, tenham como objetivo atacar a regressividade da estrutura tributária brasileira. Em 2013, foram declarados ao imposto de renda R\$ 231 bilhões em lucros e dividendos pelos contribuintes, totalmente isentos de tributação. Segundo analistas, essa isenção contribui diretamente para o quadro de concentração de renda no país, um dos mais desiguais do mundo. De acordo com a Receita Federal, enquanto apenas 7% dos rendimentos dos contribuintes que recebem entre dois e três salários mínimos por mês eram isentos de tributação, esse percentual chega a 65,8% para a parcela mais rica da população, que ganha mais de 160 salários mínimos por mês. “A isenção sobre os lucros e dividendos beneficia principalmente os muito ricos. Estamos falando de algo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 70 bilhões que se deixa de arrecadar com sua isenção”, calcula Rodrigo Orair.

Durante a década de 1990 também foram realizadas mudanças na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, que se tornou cada vez mais regressiva. Entre 1983 e 1985, havia 13 faixas de renda com alíquotas que iam até 60%. Ao longo da década de 1990, a tabela foi sendo

sucessivamente alterada, com o número de faixas de renda caindo para três e a alíquota máxima para 27,5%. “Essas mudanças significaram uma grande injustiça tributária, pois houve redução da alíquota máxima, que incidia sobre os mais ricos, isto é, aqueles que possuem maior capacidade contributiva”, afirma a nota técnica ‘Reforma e Justiça tributária’, divulgada pelo Dieese em 2015. Além disso, a tabela ainda ficou vários anos sem correção ou sendo corrigida abaixo da inflação. De acordo com a nota do Dieese, para que tabela do IRPF em vigor em 2015 mantivesse o mesmo valor monetário de 1996 ela teria que ser reajustada em 64,4%.

Outro ponto essencial de uma reforma tributária seria ampliar a tributação sobre o patrimônio, que responde por apenas 22,9% da arrecadação tributária no país, metade da parcela da arrecadação proveniente de tributos sobre bens e serviços. A distorção mais gritante é o Imposto Territorial Rural (ITR), que apesar da enorme concentração de terras no país contribuiu com apenas 0,4% da receita tributária brasileira, segundo dados de 2013. Além disso, veículos de luxo, como jatinhos, iates e helicópteros, não possuem um imposto nos moldes do IPVA, que incide apenas sobre carros.

Para Evilásio Salvador, todos esses são exemplos de como o debate sobre reforma tributária tem sido enviesado no país. “O predomínio da agenda empresarial, com foco na simplificação do sistema tributário, sempre bloqueou qualquer debate sobre uma verdadeira reforma, que onerasse os mais ricos”, protesta o professor da UnB, para quem a área econômica é muito blindada à participação popular. “A única chance de se realizar esta reforma é se ela nascer das ruas. Deste governo e deste Congresso não espero nada, a não ser o pior: retrocessos de direitos e de conquistas dos trabalhadores”. ●

## 'A democracia é que não cabe nesse governo'

Sonia Fleury é pesquisadora das áreas de saúde e seguridade social e coordenadora do Programa de Estudos sobre a Esfera Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Cátia Guimarães



### Qual a sua avaliação sobre o programa do governo interino para a saúde, expresso nos documentos Ponte para o Futuro, Travessia Social e em entrevistas à imprensa?

Eu não creio que exista um programa para a saúde nem para a área social. Eu acho que existe um programa econômico, de caráter liberal e restritivo, com forte impacto na área social. Ou seja, na verdade, todo o conjunto da ordem social, o capítulo que foi o mais inovador da Constituição de 1988 e trouxe todos os direitos de cidadania, está sendo ameaçado. Não

é que essas questões não estivessem em disputa durante os últimos anos. Estiveram em disputa o SUS, a educação, as terras indígenas, o controle da mídia... Portanto, há no Congresso projetos que tentam retroagir esses direitos, mas eles não tinham força suficiente. Agora, há uma ameaça concreta de um grande retrocesso em relação a esses direitos na medida em que o que se propõe efetivamente é congelar o gasto social. E usam-se palavras metafóricas como: 'vai ser atualizado todo ano' ou 'vai aumentar de acordo com a inflação'. Aumentar de acordo com a inflação não é aumento, é reposição do que já foi perdido, do que já diminuiu. É uma ideia completamente absurda do ponto de vista do planejamento: não se planeja nada, congela-se. Todas as iniquidades estão congeladas. Se os juízes ganham muito e os professores ganham pouco, isso será congelado tal como está. A saúde ou a educação, áreas que não têm muita capacidade de organização porque os interesses são profundamente diluídos, vão ser cortadas. E o discurso é muito incoerente porque, de um lado, se diz 'vamos concentrar na atenção básica, nas pessoas mais pobres, na assistência' e agora a primeira coisa que querem fazer é desvincular os benefícios da LOAS [Lei Orgânica da Assistência Social] do salário mínimo. Essa é uma medida que não tem impacto financeiro, é muito mais simbólica, de desmontagem da seguridade social. Porque depois de se tirar esse pilar constitucional que é [a indexação dos benefícios previdenciários e assistenciais pelo] salário mínimo, também se pode diminuir isso para pensões e outros benefícios. Querem comer pelas beiradas. E isso já com outra medida forte, que é o aumento da DRU [Desvinculação de Receitas da União], que está em 30%, incluindo estados e municípios. Então, é uma ameaça financeira e programática de desmonte da estrutura da ordem social e da seguridade social.

**O movimento sanitário, no entanto, vem apontando um desmonte do SUS há muito tempo. São apontados o subfinanciamento, a aprovação da entrada do capital estrangeiro na saúde, os subsídios à saúde privada, entre outros problemas. Agora, com o governo pós-impeachment, há uma mudança no perfil desse ataque?**

Eu acho que sim. Porque havia uma disputa, mas não se chegou a desmontar a estrutura constitucional da ordem social e da seguridade. Tem

alterações, como a Emenda Constitucional 20, que mudou a previdência social, mas são marginais. A essência de que não podia existir benefício menor do que o salário mínimo não mudou. Eu acho que agora é um ataque muito mais forte. É assim: 'vamos desmontar essa estrutura'. Então, havia um campo de disputa em que nós tínhamos a salvaguarda da Constituição. Agora, na medida em que se destrói isso, inclusive com as conquistas que foram pactuadas no ano passado em relação ao financiamento da saúde, acabou toda essa história. Vamos congelar o financiamento. Então, eu acho que é de outra natureza.

### O que motiva esse ataque mais estrutural? Que interesses estão por trás dessas propostas?

Nós vínhamos caminhando num processo em que se criou uma regra para recompor o salário mínimo e ainda fazê-lo crescer, envolvendo o salário da ativa e o de beneficiários em geral. A vinculação [dos benefícios previdenciários e assistenciais ao salário mínimo] tem a ver com isso. Isso fazia com que, a cada ano, a desigualdade diminuísse. Eu acho que isso está fora de cogitação nessa proposta atual. Eles podem até dizer que vão combater a pobreza, mas a desigualdade não. Porque o que se pretende é acabar com esse poder de recuperação do salário mínimo e sua vinculação aos benefícios. Isso vinha se dando de tal forma que uma camada da população – essa que ganha um ou dois salários mínimos, que é a maioria – sempre estava subindo além da inflação. Então, eram programas não só de combate à pobreza, mas à desigualdade. E eu acho que a desigualdade vai ampliar. As medidas que estão sendo tomadas vão nesse sentido.

## **A defesa da saúde como direito universal é marca do movimento sanitário e da criação do SUS. Qual a importância das políticas universais em contraponto à tendência de focalização que temos assistido?**

Esse é um debate dos anos 1990, de focalização *versus* universalização. E a gente considerava que a realidade política já estava superando essa polarização na medida em que estávamos conseguindo incluir políticas de focalização dentro de sistemas universais, resguardados pelos direitos de cidadania. Na área de saúde, um exemplo é o Estratégia de Saúde da Família e outros programas que inicialmente foram vistos como alternativa ao SUS e depois passaram a ser vistos como uma parte integrante do SUS. Da mesma forma, nós chegamos a ter na área assistencial dois ministérios, um do Bolsa Família e outro para o benefício da LOAS. Depois disso foi incorporado e, de certa maneira, aproximaram-se cada vez mais esses benefícios, não só institucionalmente mas também politicamente, dentro de direitos de cidadania. E agora onde ficou isso? A ideia é de que os sistemas universais são perdulários e, portanto, temos que focalizar. Mas se quer focalizar e diminuir o valor [dos benefícios] também. Nem a focalização é uma promoção! Então, tanto na área de recuperação e manutenção quanto na área de promoção social, o cenário é adverso e de grande retrocesso.

## **Mas por que defender ainda políticas universais e não programas focalizados?**

Porque se mesmo sendo direito, já está ameaçado, não sendo, se torna muito mais frágil. Fica à vontade do governante. Qual a diferença entre a pessoa ter um plano de saúde privado que o governo deu ou ter um sistema universal? O Peru, por exemplo, adotou essa opção: dar cobertura através de um seguro privado para os mais pobres. E ano passado aconteceu uma situação esdrúxula: as pessoas ultrapassa-

ram a linha da pobreza e perderam o seguro saúde. Aí têm que pagar e voltam a ser pobres de novo. Porque isso não está vinculado a um projeto de tratamento igualitário e redução das desigualdades, é apenas a focalização de uma dada cobertura, de um dado benefício, que é extremamente frágil: em geral é de pior qualidade, tem-se menos capacidade política de defendê-lo e ele é cortado ao bel prazer, porque não é um direito, é um benefício. A noção de direito só pode ser uma noção igualitária. É claro que há necessidades diferenciadas, mas vai-se atender às diferenciações dentro do princípio da igualdade de tratamento. Se já se parte da diferença – o foco nos pobres, por exemplo –, não se trata de um princípio que promova nem solidariedade nem diminuição da desigualdade.

## **Mas hoje tem a crise econômica. Por essa perspectiva da universalidade do direito, como se responde ao argumento de que faltam recursos?**

Se fôssemos pensar que o problema é ter dinheiro, os Estados Unidos não teriam um problema tão sério no seu sistema de saúde, que tem sido objeto de luta dos políticos há não sei quantos anos. É o país mais rico do mundo e as pessoas não têm direito à saúde. Então, a ideia do direito não está necessariamente atrelada ao caixa que você tem. Essa é uma ideia perversa para acabar com a noção de direito. É claro que você vai viabilizar um sistema universal dentro das condições que são viáveis nesse momento. Agora, essas condições não são dadas só pelo quanto você tem em caixa, elas são dadas pelo princípio da universalidade, pelo princípio de que você tem obrigação de atender as pessoas.

## **E o SUS constitucional cabe nas condições brasileiras atuais?**

Eu acho que cabe. Depende de como você define as prioridades do país: se quer fazer estádio de futebol e obras faraônicas que não vão ser utilizadas ou se quer fazer melhoria nos sistemas de atenção à cidadania. Claro que há má gestão, corrupção, há uma série de questões que podem ser melhoradas, mas efetivamente é um problema de qual prioridade você define. Se o governo tem compromisso com as empreiteiras ou com a cidadania. Simples assim. Um exemplo: os governos até agora usaram e abusaram de renúncias fiscais, que afetam a seguridade social. Essa é uma prioridade. Sem avaliar o benefício que isso vai trazer, o governo decide que aquela empresa será isenta de impostos e contribuições sociais e depois não recoloca esses recursos. O cobertor é curto, mas há decisão sobre onde ele vai ser colocado.

## **Em entrevista polêmica, da qual ele depois tentou recuar, o ministro interino da saúde Ricardo Barros disse que o SUS não cabe na Constituição...**

A democracia é que não cabe nesse governo. Se você encarar que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, a democracia teria que lidar com a desigualdade como principal problema. Se não for isso, não cabe democracia. Realmente, não se pode pegar um país com o nível de desigualdade que nós temos, um país rico mas com tanta desigualdade e tanta miséria, e achar que o problema é outro. Não, o problema é esse. Esse é o problema da democracia. E tem que caber na Constituição sim. Mas para isso precisa existir um pacto. E nem o que foi feito na Constituição de 1988 está-se garantindo agora, até isso corre o risco de ser rompido.

## **Ele citou a Grécia como exemplo de repactuação de direitos garantidos pelo Estado diante da crise...**

Quando esse ministro se refere à Grécia, é de péssimo tom. Um país onde você está tendo vidas ceifadas, aumento de doenças que tinham sido superadas, enfim, onde se veem todas as péssimas consequências dessa política. Eu acho que ele deveria se envergonhar de falar que nós deveríamos seguir a Grécia.●

## ‘Não é só uma lógica econômica, é um horizonte para a formação humana no Brasil’

Roberto Leher é pesquisador da área da educação e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cátia Guimarães



### Qual é a sua avaliação sobre a concepção de educação presente nos documentos associados ao governo interino e depois nas entrevistas que foram dadas à imprensa?

É perceptível que nós temos uma agenda que contém novidades graves no que se refere, primeiro, ao tamanho do ajuste fiscal que está sendo defendido e praticado pelos atos concretos do governo. Conforme observou um dos teóricos desse processo, um dos que elaboram essa agenda em curso, o diretor da Casa das Garças, Edmar Bacha, a única maneira

de congelar os gastos públicos nos marcos do que está sendo votado [PEC 241/2016, que estabelece um teto de gastos para o governo federal] é fazendo modificações constitucionais. E isso significa objetivamente atacar a vinculação constitucional da educação e da saúde e a vinculação dos benefícios sociais com o salário mínimo. Essa é uma agenda que o governo ainda não conseguiu operar, mas o primeiro passo dela, o pressuposto, já está em curso, que é o não crescimento dos gastos públicos num prazo que eles querem, de 20 anos. Isso seria o macroajuste das contas públicas em moldes gregos, portugueses. A lógica do ajuste fiscal já estava em curso no governo Dilma, mas a institucionalização de medidas que serão coercitivas, no sentido de não possibilitar a ampliação dos gastos sociais, isto seguramente é um elemento novo da política. Eu nem diria que a presidenta Dilma não tivesse isso como um cenário possível, mas independentemente da avaliação, ela não conseguiu fazer e isso não estava na agenda. O segundo ponto que é novo, e que a meu ver também é muito preocupante, é a incorporação, na agenda educacional, de uma parte da base de apoio do governo Temer que foi fundamental no processo de admissibilidade do impeachment na Câmara. E aqui há uma descontinuidade em relação ao governo anterior. São setores fundamentalistas vinculados a igrejas e centros de pensamento ultraconservador, que abrem uma agenda moral, sobre comportamentos, controle de visão de mundo, que faz convergências com agendas que já estavam em curso, no bojo da política institucional, como a agenda empresarial. Não há uma união da agenda empresarial com a agenda fundamentalista, mas há convergências como, por exemplo, o Movimento Escola sem Partido.

### Você vê pontos da agenda empresarial no Escola sem Partido?

Vejo no sentido de que a agenda empresarial aborda e formula o que é dado a pensar na escola como algo que deve compor conhecimentos, entre aspas, mensuráveis e aferíveis, como os descritores de competência e outros que compõem uma visão conservadora do currículo nacional comum, também vinculado ao processo de avaliação. Eu não digo que elas se confundem, estou dizendo que há uma certa interação na perspectiva de que [também para a agenda empresarial] a escola pública não é um lugar de produção

e circulação viva de conhecimento, de criação. Deve ser uma instituição em que o que é dado a pensar obedece a descritores de competências. Então aqui há uma proximidade, inclusive, de expectativas em relação ao caráter da escola. O problema agora é que essa formulação, que estava no Todos pela Educação, no Grupo Lemann, passa a incorporar uma outra agenda que é, essa sim, ultraconservadora. São propostas que promulgam que a escola não pode tornar pensáveis os problemas que a humanidade enfrenta no tempo presente, que ela não pode ser uma escola de ciência, porque a ciência sempre envolve a problematização do conhecimento estabelecido. O Escola sem Partido, em essência, está dizendo que a escola não pode ser uma instituição capaz de problematizar os valores, as perspectivas de vida, o horizonte de mundo. É uma escola que não está aberta ao tempo histórico, não está aberta à ciência, não está aberta a perguntas. E que, ao mesmo tempo – numa aparente contradição que não é contradição e sim parte de uma lógica –, carrega a escola de ideologia: de homofobia, de perspectivas sobre controle sexual, sobre a questão das identidades. Isso é novo. O governo da presidenta Dilma e Lula seguramente foram muito mais abertos e críticos no que diz respeito às questões da contemporaneidade. Havia uma perspectiva muito mais aberta, muito mais iluminista e republicana da escola pública.

**Você, como muitos outros estudiosos da educação, sempre foi crítico a programas como o Fies, Prouni e Pronatec, entendidos como mecanismos privatizantes de ataque ao fundo público. Hoje, movi-**

**mentos sociais, várias entidades e segmentos da população têm incluído a diminuição de recursos para esses programas como parte da perda dos direitos que estariam sendo implementados pelo governo interino. Queria que você falasse um pouquinho sobre isso.**

Isso é algo que já vinha há tempos: setores da juventude e da sociedade como um todo vinham defendendo o Prouni e o Fies por seu caráter democratizador. E esse caráter, digamos, de democratização, não é uma ilusão, ele existe no que diz respeito ao acesso. Sem sombra de dúvida, houve um crescimento do acesso dos setores mais explorados e expropriados da sociedade, só que mais ao setor privado. Então, sob o ponto de vista dos indivíduos que são beneficiários desses programas, é óbvio que existe uma tendência natural de fazer uma defesa porque muitas vezes foi o mecanismo a partir do qual esses jovens conseguiram ingressar na universidade. Esse é um ponto que, a meu ver, deve motivar uma autocrítica também da esquerda. Porque a defesa da escola pública, a luta pela escola pública, não conseguiu mobilizar e encantar essa juventude em prol da tese de que esses recursos, se fossem aplicados nas instituições públicas, possibilitariam um número maior de vagas. E eu não tenho dúvida quanto a isso. Nós teríamos um maior número de estudantes, com muito melhor qualidade, porque eles teriam, de fato, uma formação universitária. Apenas a título de exemplo: no Chile, nós tivemos mobilizações enormes da sociedade compreendendo a importância da educação pública. Lá os jovens não querem mais educação privada, embora também existam mecanismos de financiamento estudantil no Chile. Isso fez parte de um processo de tomada de consciência, de organização, de vitalidade do movimento estudantil, que é algo que nós não conseguimos aqui, até porque a própria direção majoritária dos movimentos de estudantes vinha defendendo o Prouni e o Fies como a única saída democratizante possível. O que rigorosamente não é verdade. Entre 2007 e 2015, no

chamado Reuni, o Ministério da Educação alocou R\$ 9 bilhões de recursos para expansão e melhoria das condições [das instituições públicas de ensino superior]. Só em 2014 o Fies significou R\$ 13,5 bilhões. Em um ano! Em 2015 foram aproximadamente R\$ 16 bilhões. Em 2016, a previsão é de R\$ 18 bilhões. Se somarmos só esses recursos dos últimos quatro ou cinco anos, vamos ter quase R\$ 60 bilhões. Ora, com R\$ 60 bilhões, nós teríamos espalhado universidades públicas, crescido, melhorado as nossas universidades, que estariam fervilhando de estudantes, felizes aqui dentro por estarem frequentando uma instituição pública. Mas nós não tivemos R\$ 60 bilhões para a educação pública, nós tivemos R\$ 60 bilhões para instituições que, a rigor, nem são propriamente instituições de ensino porque são, antes de tudo, financeiras. Ou seja, são braços financeiros de fundos de investimentos, que têm uma outra lógica. Em suma, eu não tenho dúvida de que temos muitos professores e estudantes dedicados e qualificados nessas instituições, que estão lutando por melhores condições possíveis, mas isso se dá dentro de um ambiente institucional que não favorece o desenvolvimento pleno das potencialidades que os seres humanos têm de criação. Então, essa é uma defesa que, a meu ver, expressa uma limitação da compreensão do que está em curso na educação brasileira, uma adaptação que eu chamaria de exótica do movimento estudantil a essa lógica. Mas, ao mesmo tempo, temos que reconhecer que os setores que defendem a educação pública estranhamente também não conseguem mobilizar, encantar, apaixonar as pessoas pela luta em prol da educação pública. Isso não é um problema de hoje. Se você pergunta a um jovem: 'você está estudando?', ele responde: 'não, eu não consegui passar no vestibular' ou 'eu só conseguir passar naquela instituição'. Ele internaliza isso como um fracasso pessoal: é o indivíduo que foi aprovado ou não, que estudou o bastante ou não. E isso, na realidade, muitas vezes é falso. Um entrou porque teve a nota 7,01, e o outro teve a nota 7,00. Rigorosamente quem tem 7,00 e 7,01 tirou a mesma coisa, mas não entrou porque não tinha vaga. Então, tem uma forma de raciocínio, percepção e representação do mundo e da educação que às vezes peca por falta de uma cultura política mais histórica sobre como os povos têm buscado assegurar o seu direito à educação de alta qualidade nas instituições públicas. De todo modo, a meu ver é um erro avaliar que esses programas vão ser muito significativamente cortados. Vai ter uma freada, mas apenas porque era um processo que vinha num patamar absurdo.

**O documento chamado 'Travessia Social', que apresenta as propostas sociais do PMDB, não cita uma única vez o ensino superior, a não ser para defender uma reformulação do ensino médio para que nem todos precisem ser preparados para ingressar na universidade. No entanto, destaca a educação básica como o segmento em que o governo deve ter mais presença. Qual a sua avaliação sobre isso?**

Na minha interpretação, o crescimento e o fortalecimento do setor privado e mercantil vão seguir como uma política forte, o que já leva o ministro [interino da Educação, Mendonça Filho] a falar, nas primeiras entrevistas, na possibilidade de cobrança de mensalidade. Está colocado, a meu ver, que o sistema público não cresce mais. [No caso das instituições de ensino superior], é claro que concordamos que agora não é o momento de expandir porque precisamos consolidar o que foi feito, mas vai haver uma pressão crescente sobre os gastos das universidades públicas. E o tema do fim da gratuidade está claramente colocado. É só ver o artigo que o Edmar Bacha escreveu recentemente no Globo, que diz explicitamente isso: não tem condição de ter nem SUS para todos nem educação pública para todos. O que está sendo sinalizado aqui? Não é só uma lógica econômica, é um horizonte para a formação humana no Brasil. A educação privada massificada, o Pronatec, que são políticas que já existiam, continuam porque, na avaliação dos setores dominantes, essa é a massa da força de trabalho no Brasil. E eles não vão mudar isso. Daí porque não tem nenhum horizonte para a educação pública. ●

# Ainda não é suficiente...



Foi na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, em 10 de outubro de 1980, que um grupo de mulheres levantou cartazes condenando a violência contra a mulher. Foi a partir dessa articulação que nasceu o SOS Mulher, um serviço autogerido pelas mulheres para atender vítimas de violência. O encontro é considerado a primeira manifestação de massas que coloca a questão de gênero no centro da discussão.

Dois anos depois, as mulheres da Paraíba protestaram contra o assassinato da poetisa Violeta Formiga pelo ex-marido. Violeta hoje dá nome a uma escola localizada no bairro de Mandacaru, na periferia de João Pessoa. Mas a homenagem não foi suficiente para impedir outros crimes do mesmo tipo: em 2014, uma estudante de 14 anos foi assassinada dentro da escola com três tiros pelo ex-namorado.

Um levantamento do Instituto Pesquisa Galvão analisou mais de 200 sentenças envolvendo assassinatos de mulheres. Na maior parte dos casos, os homens também torturaram

e estupraram as vítimas. E, apesar das evidências de os crimes terem sido motivados por questões de gênero, os juízes não consideraram o fato como agravante.

Foi para corrigir distorções como essa que desde 2015 o Código Penal brasileiro incluiu entre os tipos de homicídio qualificado, o FEMINICÍDIO, definido como o assassinato associado à condição de sexo feminino.

Apesar dos avanços legais, mais de 35 anos depois do protesto nas escadarias do Teatro Municipal as mulheres são obrigadas a ocupar as ruas de novo contra a violência, após a denúncia de estupros coletivos de jovens no Rio de Janeiro e no Piauí em maio deste ano.

Como destaca a diretora regional da ONU mulheres, Luiza Carvalho, as iniciativas para conter a violência de gênero ainda não são suficientes. "Convidamos para uma reflexão profunda e urgente sobre a cultura da impunidade e tolerância a essas agressões, dos valores culturais e modelos negativos de masculinidade que estão por trás desses atos, que reproduzem e garantem condutas de agressão, dominação e violência contra mulheres e meninas", alerta.



## Por trás das portarias

Da negociação à revogação, a (nem tão) breve história das portarias 958 e 959 e o que elas (ainda) dizem sobre as concepções de atenção à saúde em disputa no país

Maíra Mathias  
(De Brasília/Rio)

Para muitos, a notícia chegou com o diário oficial naquela manhã. Era 11 de maio, o mesmo dia em que o Senado começaria a sessão e acabou decidindo pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff. A ‘novidade’ veio a público no formato de duas portarias – 958 e 959 – assinadas pelo ministro substituto da Saúde, José Agenor Álvares, e mudava o que se considerava o núcleo duro da Estratégia Saúde da Família (ESF): a equipe mínima de trabalhadores. A partir daquele momento, essas equipes multiprofissionais poderiam se constituir sem a presença do agente comunitário de saúde. Antes, o ponto de partida para seu credenciamento, necessário para que os municípios recebam repasses do governo federal, era que tivessem quatro agentes, um auxiliar de enfermagem, um enfermeiro e um médico.

De um lado, autoridades alegam que a mudança apenas amplia a possibilidade de composição das equipes na atenção básica e apontam como justificativa “o enfrentamento de novos desafios” vinculados a transformações no perfil epidemiológico e demográfico da população brasileira. De outro, entidades que representam a categoria profissional – que também inclui o agente de combate a endemias –, pesquisadores e instituições argumentam que as mudanças anunciam um processo de “desmonte” da ESF e um “retrocesso” na atenção básica. No meio, um processo de intensa articulação com deputados federais e uma mobilização histórica que levou milhares de agentes a Brasília e conseguiu que as portarias fossem revogadas pelo ministro interino da saúde, Ricardo Barros. Por trás das portarias, os bastidores de uma disputa que pode levar a uma reorientação da atenção básica no país.

### Duas concepções, ‘múltiplas’ interpretações

Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil tem hoje 265 mil agentes comunitários. Morador da comunidade em que atua, conhecedor das pessoas e do território, o agente seria o elo entre a unidade básica de saúde e a população. Cadastra e acompanha as famílias, faz visitas domiciliares, desenvolvendo ações de prevenção, promoção da saúde e educação

popular. ‘Inventado’ em 1987 no Ceará em um programa emergencial para combater os efeitos da seca em populações à beira da pobreza extrema, o agente comunitário ganhou papel nacional a partir de 1991 e, com base em resultados como a redução da mortalidade infantil e materna, favoreceu a criação do Programa de Saúde da Família que em pouco tempo se transformaria em uma Estratégia que propõe reorientar um modelo historicamente centrado no hospital e nos procedimentos biomédicos. Ou propunha.

“Tem regiões que precisam de assistência de saúde e o agente nem com treinamento vai poder fazer: aferição de pressão, acompanhamento de glicemia capilar, um curativo, um atendimento num leito de um paciente, uma assistência ao idoso, ao hipertenso. Isso não vai poder fazer, a não ser que eles façam um curso técnico de enfermagem ou outro na área da saúde”, afirmou Mauro Junqueira, presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), na última reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Foi da CIT – que reúne ainda representantes da gestão federal e estadual – que partiu no dia 31 de março a definição que levou às portarias 958 e 959. Mas, afinal, o que elas mudavam?

A portaria 959 fazia as mudanças financeiras necessárias às propostas da 958, que, por sua vez, alterava o que a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) considera “itens necessários” à Estratégia Saúde da Família. A primeira mudança que a portaria trazia redefinia a “equipe multiprofissional” que deveria passar a ser composta por “no mínimo”: “médico generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar ou técnico de enfermagem”. Na redação anterior da PNAB, o último a constar dessa pequena lista era “agentes comunitários de saúde”. E embora essa supressão seja a única característica que diferencie um texto do outro, a redação parece suscitar uma multiplicidade de interpretações.

“O que eu entendi quando nós discutimos [na tripartite] é que, primeiro, não há restrição [do número de agentes comunitários na equipe mínima]. Segundo: que amplia as possibilidades. Terceiro: que não tem mudança nas equipes que existem hoje. A equipe que existe hoje permanece. Você não vai tirar o agente comunitário para botar outro [profissional]. Pela portaria não”, afirma Agenor Álvares. Seguindo uma linha muito semelhante, Conasems e Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), na nota conjunta que critica a revogação das portarias, afirmam: “Não se pretendeu eliminar o trabalho da categoria profissional insatisfeita, uma vez que as atuais modalidades de equipes não foram revogadas”. Respondendo à Poli, o presidente do Conass, João Gabbardo dos Reis, reforçou: “As portarias não tratam da extinção da obrigatoriedade da presença do agente comunitário de saúde na Estratégia Saúde da Família”. A mesma pergunta foi feita ao Conasems, que respondeu que a interpretação “não se aplica”: “As portarias citadas criaram uma nova possibilidade de equipe, com alternativa para decisão do gestor conforme a necessidade de seu território, e com incentivo equivalente às já existentes”. Para Mariana Nogueira, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e uma das coordenadoras do curso técnico de ACS, o texto é claro: “Equipe mínima é aquilo que é fundamental existir para que a política aconteça. Quando a portaria não cita o agente comunitário na equipe mínima isso é, sim, extinguir a obrigatoriedade desse trabalhador. Não tem outra interpretação”.

A portaria 958 fazia outra mudança, bem menos sutil. A PNAB falava que o número de agentes nas equipes deveria ser o suficiente para cobrir toda a população cadastrada, sendo 750 o número limite de pessoas que cada agente poderia acompanhar e 12 o máximo de agentes comunitários que cada equipe poderia ter. Toda essa parte foi substituída por uma nova redação que previa que deveriam ser acrescidos “como parte da equipe multiprofissional” agente comunitário “e/ou” técnico de enfermagem. “Em resumo, isso queria dizer que se o gestor municipal quisesse, ele poderia substituir os agentes comunitários por técnicos de enfermagem, compondo equipes inteiras assim. Só que as bases que sustentam o trabalho do agente e do técnico de enfermagem são distintas. O agente é

um profissional potente para que a população compreenda que saúde não é só unidade, posto, hospital, procedimento, mas direito social resultante de determinações sociais. Ele amplia a participação social na política, que é um dos alicerces do SUS. O técnico de enfermagem é muito importante, mas o agente comunitário também é. Eles não são excludentes, nem concorrentes, mas trabalhadores com atuações distintas e, portanto, complementares”, explica Mariana que, junto com outros dez pesquisadores da EPSJV, integrou um grupo que debateu as portarias e levou à divulgação de uma carta de repúdio também assinada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Outras notas de repúdio vieram de grupos temáticos da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), da Escola de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), da Frente Nacional Contra a Privatização, dentre outros movimentos e entidades que se manifestaram ao longo do mês em que as portarias ficaram de pé. “Todos esses grupos tiveram clareza que as portarias não eram um problema corporativo do agente comunitário ou da enfermagem. Foram revogadas, é uma vitória. Mas todo o processo que levou a elas demonstra a despolitização e o esvaziamento dos princípios do SUS, um funcionamento tecnocrático e mesmo autoritário das instâncias de gestão que em nenhum momento colocaram as propostas em discussão pública de modo que trabalhadores e usuários pudessem se manifestar sobre o seu teor”, critica Mariana.

### De onde vêm...

Os argumentos que motivaram as portarias são conhecidos há alguns anos. Segundo Hêider Pinto, ex-secretário de gestão do trabalho e da educação na saúde do ministério, tudo começou em 2013 a partir da mobilização das secretarias municipais de saúde de Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro e Florianópolis. “Foi um movimento que gerou uma carta, que foi feita em Goiânia, em



um encontro onde se discutiu a qualificação da atenção primária. O Conasems depois encampou esse movimento, que apresentava uma proposta de ter mais técnicos de enfermagem na equipe”, conta ele que, na época, era diretor do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde (DAB/SAS) na gestão de Alexandre Padilha. Segundo Hêider, era uma época de expansão da Política de Atenção Básica. “O financiamento dobrou de 2010 para 2014, então era um momento de mudança da PNAB. Foi quando criamos outros tipos de equipes multiprofissionais, como a do consultório na rua, a da atenção domiciliar, a fluvial. Nesse contexto, algumas secretarias falaram que precisavam de algumas equipes com mais densidade tecnológica. E se aproveitou uma portaria [para a Amazônia] que já previa o aumento do número de técnicos de enfermagem, para propor um modelo para o resto do país”, lembra.

Ele confirma que os esforços do DAB para atender ao pedido dos gestores municipais incluía a formatação de um tipo de equipe sem o agente comunitário. “Mas não mexia na equipe mínima. Os quatro agentes continuavam lá. Estava no mesmo espírito dessas outras equipes que foram criadas na Política”, garante, dizendo que a proposta foi engavetada. “Com a questão das emendas parlamentares, o Ministério da Saúde entrou em um momento de menos recursos. Era uma portaria que colocaria mais recursos na atenção básica”.

O vice-presidente da Abrasco Nilton Pereira Júnior, que ocupou cargos de gestão nas secretarias municipais de saúde de Uberlândia e Curitiba entre 2013 e 2014, esclarece mais um pouco da história. “Isso já vem sendo discutido há bastante tempo pela câmara técnica de atenção básica do Conasems. Os secretários municipais defendem essa mudança porque flexibiliza a possibilidade de as equipes não serem descastradas. [Se] durante um tempo, 60 dias, a equipe não tem o número mínimo de profissionais, conforme a Política Nacional de Atenção Básica, ela é descredenciada pelo ministério”, explica Nilton, referindo-se ao corte do incentivo financeiro dado pela pasta. Na avaliação dele, mudar a equipe mínima provavelmente iria provocar um efeito manada nas gestões municipais interessadas em reduzir custos. “Eu respeito o fato de ter gente que não quer fazer apenas o básico. Só que, no frígir dos ovos, em um cenário de ajuste fiscal, de suplementação do SUS, quanto menos exigência de contratação o governo federal fizer, menos contratações os municípios vão fazer. E isso pode precarizar fortemente a unidade básica de saúde”.

## Bastidores

Em 24 de fevereiro, o presidente do Conasems, Mauro Junqueira, foi à sede do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) em Brasília pedir o apoio da entidade. Segundo matéria publicada pelo Cofen, o gesto dizia respeito à “proposta de flexibilizar a composição básica das equipes de Saúde da Família, com substituição de agentes de saúde por técnicos em enfermagem”. No dia 3 de maio, o Cofen declarou apoio à proposta. Mesmo com tantas afinidades, o Cofen parece não ter aderido à interpretação oficial do Conasems de que a portaria não mexia na equipe mínima: “O Ministério da Saúde ampliou a presença dos técnicos de enfermagem no Programa [sic.] Saúde na Família. A portaria 958 (...) altera composição das equipes da atenção básica, retirando a obrigatoriedade de se contratar os agentes comunitários de saúde. Os agentes podem continuar a fazer parte das equipes, conforme as necessidades de cada comunidade, mas deixam de ter presença obrigatória”, explica a entidade em seu site.

Enquanto o Conasems procurava entidades e costurava parceiras, o Ministério da Saúde optou pela tática inversa. “As portarias vieram num susto para a gente”, resume Ilda Angélica presidente da Confederação dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs). “Coincidentemente, estivemos no Ministério no dia 10 de maio em uma reunião com Hêider [Pinto] para debater um grupo de trabalho que faria o estudo para criar uma política de reajuste do piso salarial da categoria e não tivemos nenhuma sinaliza-

ção em relação às portarias. Saímos na parte da manhã e à tardinha elas foram publicadas no diário oficial. A Conacs e os agentes comunitários de saúde do Brasil se sentiram totalmente traídos pelo Ministério da Saúde”, conta.

A Federação Nacional de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias (Fenasce) – ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) – também estava na reunião. O presidente da entidade, Fernando Cândido, reitera que nenhuma palavra foi dada sobre a publicação. Ele afirma, contudo, que a federação foi comunicada que a tripartite discutiu a “possibilidade de inclusão de mais um profissional, que seria o técnico de enfermagem”, mas não a retirada do agente da equipe mínima, muito menos a possibilidade de substituição de um profissional pelo outro. “Isso [o informe] foi dado pelo próprio Hêider, o Angelo D’Agostini, que era o diretor de Gestão do Trabalho. Eles haviam nos advertido, inclusive tinham orientado a gente a procurar o Departamento de Atenção Básica porque isso fugia da competência deles. E havia o compromisso de na reunião seguinte, já do grupo de trabalho que seria criado, pautar esse assunto. Mas o ministro teve pressa em publicar essa portaria e nos pegou de surpresa”, conta.

“É uma portaria totalmente transparente, não foi na calada da noite, não foi às escondidas, não foi autoritária, não foi nada disso”, rebate Agenor Álvares, sublinhando que as pactuações da CIT são públicas. “Aquilo que foi pactuado na tripartite o ministro da Saúde – seja ele o substituto, interino ou titular – tem por prerrogativa da lei publicar. Não é uma decisão monocrática ou pessoal. Essa portaria estava sendo discutida desde outubro de 2015. Eles não podem alegar [que não sabiam ou se surpreenderam com a publicação]”, diz, completando: “Todos os argumentos técnicos foram trazidos dos estados e dos municípios. Sem exceção. O Ministério da Saúde não se posicionou contrário. Quem participou não se posicionou contrário. Talvez agora, demagogicamente, podem



Maíra Mathias

Agentes comemoram a revogação no dia 9 em Brasília.

aparecer pessoas dizendo que foram contrárias. Teve dificuldade de chegar ao consenso, isso teve. Mas não teve nenhum obstáculo intransponível nas negociações”.

Segundo o Conass, a negociação de meses aconteceu no grupo de trabalho de atenção à saúde vinculado à Câmara Técnica da CIT. Contudo, quem vasculhar os documentos públicos da Comissão não vai encontrar nenhum que detalhe o processo ou mesmo o conteúdo do que viria formatar a portaria 958. Quem lê a pauta e o resumo executivo da reunião da tripartite em 31 de março fica sabendo que foi pactuada a “criação de uma nova modalidade para a equipe de saúde da atenção básica” e que esse ponto foi incluído pela Secretaria de Atenção à Saúde. A Poli solicitou todos os documentos do grupo de trabalho em que a negociação se desenrolou, no período entre setembro de 2015 e março de 2016. O Ministério interino da Saúde, responsável pela Secretaria Executiva da CIT, não atendeu o pedido.

Hêider Pinto afirma que a SGTES não participou da discussão das portarias e finca posição contra as medidas. “Uma coisa é o que estava acontecendo em 2013, outra é o que aconteceu em 2016, quando, em vez de criar uma nova equipe, alterou-se o formato da equipe mínima. O grande problema é o seguinte: quando você muda a equipe mínima em um contexto em que este governo provisório manda emenda constitucional querendo congelar os recursos da saúde, você tem uma chance impressionante de os gestores municipais reduzirem a quantidade de agentes comunitários na Estratégia Saúde da Família no país inteiro”. Hêider, que estava na reunião da CIT que pactuou a mudança, sustenta ainda que ficou sabendo das portarias do mesmo jeito que os agentes de saúde. “Eu estava na reunião, mas a portaria não foi apresentada na CIT, até porque ela não estava pronta. Teve um informe de que havia a pactuação da ampliação de equipes. Eu tive acesso à portaria no dia que ela saiu no diário oficial”. Agenor Álvares, contudo, contrapõe: “Quem capitaneou essa discussão à época foi o DAB e a Secretaria de Vigilância em Saúde, mas o secretário Hêider sabia [...] ele participou de reuniões que levaram a 958 e a 959”. O ex-secretário da SGTES sustenta que participou de outras reuniões, mas não dessas. “Agenor está confundindo”.

## Reação às conquistas

Entre 2013 e a aprovação das portarias, muita água rolou por debaixo da ponte. E a correnteza não estava a favor dos gestores. Para Elane Alves, advogada da Conacs, não é mera coincidência que o assunto tenha voltado à tona em outubro passado. Isso porque em junho de 2015, o governo federal editou o decreto 8.474 que punha fim a uma queda de braço que já durava um ano entre agentes comunitários e prefeitos. “Eu acredito

que essas portarias são uma reação à aprovação do piso salarial nacional, à criação do plano de carreira”, diz ela, em referência à lei 12.994 de 2014, que instituiu salário base de R\$ 1.014 mensais, jornada semanal de 40 horas e reafirmou a necessidade de contratação por concurso ou seleção pública. Só que vários municípios não vinham cumprindo a lei sob a justificativa de que ela deveria ser regulamentada pelo Executivo. Quando a regulamentação veio, segundo Elane, só restou aos gestores tentar acabar com a categoria. “Sempre foram resistentes a efetivar os agentes de saúde. Agora estão se vendo obrigados a isso porque a lei 12.994 condiciona o repasse do recurso federal à efetivação e a categoria está começando a cobrar, tomar ciência de seus direitos”, diz Elane. Mauro Junqueira parece reforçar essa leitura. “Essa categoria está querendo situações que estão acabando, matando a própria categoria. E eles não estão percebendo isso. Ao ponto que estão lá brigando por um salário mínimo de R\$ 1.226 reais [referência ao reajuste do piso] para o município pagar, pleiteando bolsa isso, bolsa aquilo, direitos trabalhistas (...) uma série de outros benefícios que ninguém consegue, mas que essa categoria está conseguindo com o apoio de uns deputados que fazem muito barulho e que infelizmente estão aprovando leis para o gestor municipal cumprir”, caracterizou durante a última reunião da CIT em 30 de junho.

## No Congresso e nas ruas

A articulação com o Congresso Nacional foi parte fundamental da estratégia que colocou o governo interino na sinuca de bico e levou Ricardo Barros a revogar as portarias. Isso porque a categoria solicitou que deputados apresentassem um PDC, sigla para Projeto de Decreto Legislativo, um instrumento legal que permite que o Legislativo revogue atos do Executivo, como portarias e resoluções. Atendendo ao pedido da Conacs, o deputado federal Mandetta (DEM/MS) apresentou os PDCs 396 e 397 para sustar as portarias 958 e 959. Mas os agentes foram além: em 24 horas conseguiram a assinatura de líderes do PR, PSDB, PSB, PP, PSB, PRB, DEM, PDT, PCdoB, PPS, PSOL,

PROS, Rede, PMB e PT. O objetivo era conseguir que os PDCs pudessem ser colocados em regime de urgência, pulando a tramitação em comissões e indo direto para o plenário da Casa.

“Se o Conass e o Conasems têm força lá no Ministério, aqui quem tem força somos nós”, disse Ilda Angélica, dirigindo-se a centenas de agentes comunitários que se espremiavam no maior auditório da Câmara dos Deputados durante a audiência pública que marcou o segundo dia da mobilização nacional que levou quatro mil agentes a Brasília nos dias 8 e 9 de junho.

Depois de enfrentar viagens partindo de estados como Bahia – cuja delegação encheu dez ônibus e seis vans –, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Pará, os agentes passaram horas a fio, com sol e com chuva, na frente do prédio do Ministério da Saúde. A pequena multidão vestida de preto emendava palavras de ordem, músicas populares, paródias. Na base da insistência, as lideranças da categoria foram recebidas pelo ministro da saúde no dia 9, que no dia seguinte publicou a revogação das portarias no diário oficial.

A reação do Conass e do Conasems foi rápida: emitiram uma nota conjunta afirmando que a decisão unilateral do Ministério era um “verdadeiro retrocesso no campo da construção das políticas públicas de saúde”, “um desrespeito à legislação vigente” e que agentes comunitários e parlamentares “realizaram ameaças” que levaram a pasta a voltar atrás de uma decisão tripartite consensual. “A revogação ocorreu, de fato, por pressão política e não técnica”, diz a nota. Procurado pela Poli, o MS enviou nota que afirma que a revogação atendeu “à necessidade de se ampliar um diálogo para construção de qualquer política pública” e que o ministro interino acredita que “o tema precisa ser discutido com a participação de todos”. Diferindo do posicionamento oficial, Barros parece ter encarado a revogação como um gesto tático para garantir novas mudanças no futuro. “Diante da instabilidade política, era melhor o Ministério da Saúde revogar as portarias do que o próprio Congresso, pois, caso eles derrubassem, nós não pode-

## E o Conselho Nacional de Saúde?

Se diversas entidades, instituições e movimentos discutiram as mudanças e tomaram posição contra as portarias, o silêncio imperou no Conselho Nacional de Saúde. Não foi por falta de oportunidades. Desde a aprovação na CIT, o órgão se reuniu quatro vezes, a última delas no Ceará durante o Congresso do Conasems, na semana anterior à mobilização dos agentes em Brasília. Mesmo quando diretamente convidado para participar da audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, o órgão declinou, justificando “não ter realizado nenhum debate referente ao tema”. Procurado pela Poli, o CNS afirmou que as pautas das reuniões são definidas com “muita antecedência” e que o assunto será discutido em julho – quando a revogação das portarias terá completado um mês.

“A crítica é pertinente. Não houve uma priorização dessa pauta. O Conselho não poderia se abster desse debate”, avalia Nilton Pereira, conselheiro nacional pela Abrasco. Para ele, duas questões pesaram para o CNS não tratar do tema até hoje: a composição atual do órgão não conta com representação dos agentes comunitários e Conasems e Conass têm “influência importante” na mesa diretora. Segundo ele, embora qualquer entidade possa sugerir pauta, os membros da mesa – Conass entre eles – têm autonomia para defini-la. Procurado, o Conass afirmou que “em nenhum momento nenhum dos membros da mesa sugeriu a inclusão desse ponto de pauta”.

ríamos mais voltar a tratar do tema, mas como nós revogamos temos essa possibilidade, quando foi oportuno voltaremos a trabalhar nisso”, teria dito o ministro interino aos diretores do Conasems em 29 de junho, segundo matéria publicada no site da entidade.

## Para onde vai...

“Eu estou muito contente que essa discussão foi aberta, que a gente está podendo agora aqui abrir o coração e poder voltar e dizer: olha, desculpa, tomamos o caminho errado, vamos voltar e pegar a avenida principal, porque na realidade esse atalho aqui não vai dar em lugar nenhum”, disse o secretário estadual de saúde adjunto de São Paulo, Wilson Polara, na aguardada reunião da CIT que sucedeu a revogação das portarias em 30 de junho. Com jeito de *mea culpa*, a declaração diz na verdade respeito a mais nova investida da tripartite: a revisão da Política Nacional de Atenção Básica. Para Polara, a avenida principal é a PNAB. O atalho, as portarias 958 e 959. A meta é reformular a política em oito reuniões que devem acontecer entre julho e outubro deste ano, incluindo a rediscussão do perfil profissional do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias. Polara dá pistas sobre a direção da mudança: “Uma vez conversando com o professor Adib Jatene no centro cirúrgico do HC ele me disse assim: ‘o agente comunitário tem que ser um indivíduo que mora dentro da favela, ele tem que conhecer as pessoas’. E ele já existe, porque em todos os lugares desses tem lá o indivíduo que ajuda as pessoas, que põe a pessoa na maca, que tira da maca, que leva, que orienta. Já tem essa pessoa”.

Na avaliação de Ilda Angélica, declarações como essa acionam o sinal vermelho de que a Política Nacional de Atenção Básica tem chances de ser descaracterizada durante a revisão: “Os riscos são graves, não é só para nós, agentes, mas para a atenção básica como um todo. Nós não podemos pegar a briga que é de todos e carregar somente nas nossas costas. É preciso também que as outras categorias se organizem, que os pesquisadores se mobilizem, as instituições, as universidades. É preciso que a comunidade, os usuários participem. Tem que haver um movimento gigantesco”. ●

*Confira as respostas de Conass, Conasems e Ministério da Saúde no Portal EPSJV/ Fiocruz*



Protesto durante inauguração do VLT, uma das obras inauguradas para as Olimpíadas, no centro do Rio de Janeiro

## Calamidade olímpica

Rio de Janeiro se prepara para receber os Jogos Olímpicos em meio a uma das piores crises financeiras dos últimos anos.

Movimentos sociais esperam acirramento das mobilizações, mas expressam preocupação com leis que ameaçam direito à manifestação aprovadas para as Olimpíadas

André Antunes

Quem lê o título desta matéria logo o associa com a decisão do governador em exercício do Rio de Janeiro Francisco Dornelles, que no dia 17 de junho decretou estado de calamidade pública, sob o argumento de que a “grave crise financeira” que o estado atravessa “impede o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos”. Mas a realidade é que na “cidade olímpica”, a calamidade é de outra ordem. E ela nem sempre está publicada em diário oficial.

Embora o decreto alegue que a crise “vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais”, o governo estadual já deixou claro que nenhum centavo dos R\$ 2,9 bilhões liberados pela União como socorro financeiro será destinado para o pagamento dos servidores e pensionistas que estão com seus salários atrasados ou para aliviar a situação dos serviços públicos de saúde e educação no estado. A prioridade é outra: garantir a segurança das Olimpíadas. Dados levantados pela ONG Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), no boletim ‘Rio de Gastos’, apontam que de 2013 a 2016, o gasto estadual com a educação caiu de 12% para 10%, enquanto os com a saúde mantiveram-se no patamar de 8%. Já os gastos com segurança pública pularam de 10% para 15% no período. Não por acaso, entre os cartazes produzidos por estudantes secundaristas que ocuparam escolas estaduais para protestar contra as condições precárias da educação pública no estado se destacava um onde se lia: ‘Tira das Olimpíadas e investe na minha escola’. “O caos no Rio está óbvio, está gritante. As pessoas estão vendo hospital fechando e escola sendo ocupada e dão de cara com a propaganda da ‘cidade olímpica’ no ponto de ônibus. É uma violência contra a população”, critica Larissa Lacerda, militante do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio. E a situação que já está ruim pode ficar ainda pior. Em nome da segurança dos jogos, o decreto assinado por Dornelles autoriza até “adotar medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais”.

## Exceção é a regra

Mas a aprovação de leis prevendo medidas de exceção para viabilizar as Olimpíadas não se dá somente na esfera estadual. No dia 10 de maio, pouco mais de um mês antes do decreto de calamidade pública no Rio e um dia antes da sessão no Senado que aprovou a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, a então presidente da República sancionou a lei 13.284, que estabelece as regras que serão aplicáveis durante a realização dos Jogos Olímpicos 2016. Conhecido como Lei Geral das Olimpíadas, o texto guarda muitas semelhanças com a lei aprovada em 2012 no contexto de preparação para a Copa do Mundo 2014. Assim como esta, a Lei Geral das Olimpíadas traz dispositivos que, segundo seus críticos, contradizem a legislação vigente e permitem a flexibilização de direitos básicos. O direito à liberdade de expressão e à manifestação é um exemplo: a lei proíbe, nos locais oficiais dos jogos, cartazes com “mensagens ofensivas” e o uso de bandeiras “para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável”. “Essa previsão sinaliza que eventuais protestos e críticas às Olimpíadas não serão tolerados pelas entidades organizadoras, o que está em completa dissonância com o modelo democrático”, argumentam as advogadas da ONG Artigo 19 Camila Marques, Raissa Maia e Natália Damazio no artigo ‘Olimpíadas no Rio: mais um megaevento, mais um período de exceção’. Segundo elas, não cabe à Lei Geral das Olimpíadas definir previamente quais serão as expressões permitidas nos locais oficiais, uma vez que a Constituição Federal proíbe restrições prévias à liberdade de expressão, que representam uma afronta à livre manifestação do pensamento. Para Larissa Lacerda, o direito à manifestação já havia sofrido um enorme retrocesso em março, com a aprovação da Lei An-

titerrorismo, que contou com o apoio do Comitê Olímpico Internacional (COI). “Essa lei foi sancionada com alguns vetos nos pontos mais críticos, que os próprios movimentos sociais tinham apontado. Mas agora parece que estão tentando derrubá-los. Se isso acontecer, vamos entrar num cenário ainda mais tenebroso para os movimentos sociais”, alerta. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas se prepara para promover do dia 1º ao dia 5 de agosto, quando terão início os jogos, um evento paralelo para tentar ampliar o debate sobre os efeitos negativos do evento. “É uma espécie de jornada de lutas, que vai se chamar ‘jogos da exclusão’”, explica Larissa. “A ideia é reunir grupos e movimentos que integram o comitê mas também ONGs de direitos humanos, movimento dos camelôs, comunidades removidas e outros militantes e promover debates, intervenções e plenárias para discutir não só o que foi essa preparação da cidade para os jogos mas também trazer propostas para se organizar para o que vem por aí, porque as violações não acabam com o fim das Olimpíadas”, ressalta.

Sandra Quintela, coordenadora do PACS, afirma que as restrições impostas pela Lei Geral das Olimpíadas e pela Lei Antiterrorismo preocupam, ainda mais num contexto favorável ao acirramento das mobilizações sociais durante as Olimpíadas. “Todos os holofotes vão estar voltados para o Rio de Janeiro e a visibilidade internacional durante as Olimpíadas vai ser fundamental. Se você pensar que muitas das obras das Olimpíadas ainda não foram concluídas, a Baía da Guanabara não foi despoluída, o endividamento do estado e do município só aumenta, temos greves na UERJ e ocupações de escolas e ainda por cima há o problema da Zika, que está sendo super-silenciado. O cenário é complexo e promete muita mobilização. Mas a repressão vai ser brutal”, avalia.

As advogadas da Artigo 19 acreditam que esse é um dos legados nefastos dos megaeventos no país: a perpetuação dos aparatos repressivos criados excepcionalmente para eles. A tipificação do crime de terrorismo, para elas, é um deles. “O país tem um grave histórico de manutenção dos dispositivos autoritários que cria durante períodos de exceção. E isso não será diferente com as Olimpíadas: a cada megaevento justifica-se a criação de um novo aparato repressivo e autoritário, que permanece depois de seu fim, aumentando o nosso já vasto descompromisso em garantir direitos humanos mínimos. Esse é um preço que não devemos estar dispostos a pagar”, afirma o artigo assinado por Camila, Raissa e Natália.

## Restrição ao comércio informal

Repressão é um tema com o qual os trabalhadores ambulantes do Rio têm familiaridade. Ainda mais durante os megaeventos, que invariavelmente trazem restrições ao comércio informal nos locais próximos a onde eles acontecem. Nas Olimpíadas não será diferente. A lei geral reserva às entidades organizadoras do evento a autorização para realizar o comércio de rua nas áreas oficiais dos jogos. Além disso, a lei também garante aos organizadores e patrocinadores do evento a exclusividade sobre a exploração comercial dos produtos e símbolos oficiais das Olimpíadas, prevendo pena de até um ano de cadeia em caso de infração. “Eles acham que só eles têm direito de ganhar dinheiro”, protesta a vendedora ambulante Maria de Lourdes do Carmo, coordenadora do Movimento Unido dos Camelôs (Muca). “É difícil viver nessa cidade. Eu posso sair de Japeri para a zona sul lavar calcinha de madame. Mas se eu quiser sair de Japeri para trabalhar como camelô na cidade eu não posso”, reclama. Ela afirma que os megaeventos vêm servindo como pretexto para a retirada dos trabalhadores ambulantes de seus locais de trabalho. “A gente sabe que esse modelo de cidade que a prefeitura quer é um modelo que não vai com-

portar camelô na rua. Depois das Olimpíadas vai ficar pior”, avalia. Sua própria situação serve como exemplo: “Eu tenho uma barraca em frente à Avenida Rio Branco [uma das principais do centro da cidade], virada para o VLT [Veículo Leve sobre Trilhos, uma das obras inauguradas para as Olimpíadas]. A prefeitura queria me tirar de lá porque ali seria um boulevard e eu não poderia ficar ali. Só que quando eles foram construir o boulevard eu já estava ali. Então não vou sair. É o espaço que eu tenho de trabalho”, ressalta.

“Isso é assepsia social”, critica a professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Nelma Gusmão. Autora do livro ‘O poder dos jogos e os jogos do poder’, resultado de sua tese de doutorado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), Nelma argumenta que a retirada das populações mais pobres dos espaços de valorização imobiliária faz parte de um projeto de cidade que vem sendo gestado desde o início da década de 1990. “A ideia do Rio de Janeiro como cidade olímpica veio entre 1993 e 1996, quando foi feito o primeiro plano estratégico da cidade, para o qual deram consultoria catalães que tinham acabado de organizar as Olimpíadas de Barcelona em 1992”, explica. Esse plano, diz ela, tinha como estratégia principal de desenvolvimento a atração dos megaeventos, em especial os Jogos Olímpicos. “Os megaeventos viabilizam aquilo que é a palavra-chave do planejamento neoliberal que é a flexibilidade da

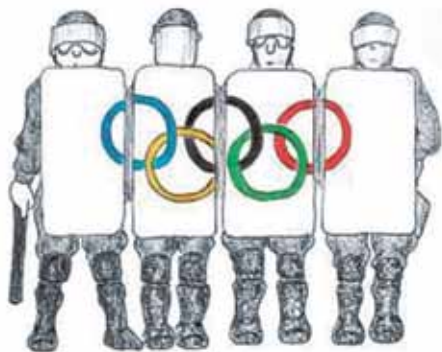
legislação. As leis de exceção vêm nesse sentido, para atender aos interesses do mercado, com a justificativa de que é preciso cumprir as exigências dos organizadores e de que os megaeventos trazem desenvolvimento, são bons para o turismo, etc. É uma cidade pensada como um produto a ser vendido”, diz Nelma. Na esteira desse processo, continua a professora, os megaeventos acabam servindo para legitimar os interesses econômicos locais. “No Brasil tem essa ingerência das construtoras, da especulação imobiliária, na definição da política pública. Isso não é novo. Se você for pensar, projetos como a Transamazônica ou a construção de Brasília foram projetos das empreiteiras, não do poder público. O que há de novo é que agora está tudo institucionalizado. O que antes era considerado ilegal, imoral, e feito por baixo do pano, hoje é feito legalmente na frente de todos, como uma coisa natural, até virtuosa”, ressalta Nelma.

### No rastro das obras, vidas que ficaram pelo caminho

As principais vítimas desse processo de reordenamento urbano são as populações pobres que residiam nas áreas destinadas para as obras ligadas aos megaeventos. Segundo estimativa do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, cerca de 22 mil famílias tiveram que ser removidas por conta das obras da Copa e dos Jogos Olímpicos no Rio. Por trás dos números estão as histórias como a de Isabel dos Santos Ribeiro. Removida da comunidade de São Sebastião, na zona oeste da cidade, para as obras da Transolímpica, via expressa que ligará os parques olímpicos de Deodoro e da Barra da Tijuca, ela foi realocada para um condomínio do Minha Casa Minha Vida na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá. No entanto, há cerca de seis meses, ela e vários outros moradores do local começaram a receber cartas de cobrança do Banco do Brasil, que financiou a construção do condomínio, alertando sobre uma dívida de R\$ 75 mil. “É uma dívida da prefeitura, mas ela não paga porque falam que estão sem dinheiro”, conta Isabel. Segundo ela, esse é só o mais recente de uma série de problemas advindos do processo de remoção. Ela conta que enquanto aguardava as obras do condomínio terminarem teve que receber aluguel social. “Só que meu aluguel era R\$ 600 e eles só me davam R\$ 400. O resto eu tinha que repor, meu filho me ajudava”, conta. Segundo ela, a promessa da prefeitura é que teria que viver do aluguel social por no máximo 30 dias. “Acabei ficando seis meses. E a prefeitura só pagou três meses”, reclama. Por conta das idas e vindas para resolver sua situação na prefeitura, acabou perdendo um emprego de oito anos. “Era em uma casa de família, e o patrão não queria que eu ficasse todo dia indo para a prefeitura resolver minha situação e a criança ficar em casa sozinha. Me mandaram embora. Hoje tenho 56 anos, estou desempregada e a Light [companhia de energia elétrica] colocou meu nome no SPC por causa de uma conta de R\$ 37 que não consigo pagar. É muita humilhação”, desabafa.

A reportagem da Poli entrou em contato com o Banco do Brasil sobre as denúncias de cobranças de moradores da Colônia Juliano Moreira. O banco respondeu apenas que “cumpru todas as suas obrigações até o momento e aguarda do ente público a regularização da situação”. A prefeitura, sob o comando de Eduardo Paes, não respondeu à solicitação de informação da reportagem até o fechamento desta edição.

As obras para os jogos afetam as populações das comunidades por onde passam de outras formas também. É o que aponta Daniel Ferreira Campos, morador da Vila União, em Curicica, outra comunidade da zona oeste carioca no caminho da Transolímpica. “Se você vier na comunidade parece uma área de guerra. Dá a impressão de que foi bombardeado: as casas quebradas, com um viaduto imenso passando rente. Uma barulheira tremenda. Durante a noite a gente fica escutando barulho de ferro batendo, máquinas trabalhando, luzes fortes”, relata. Sua família possui quatro





Thiago Mendes/PACS

Na ocupação da Escola Amaro Cavalcanti secundaristas criticaram gastos olímpicos em meio a precarização da educação.

casas na comunidade que, de acordo com o traçado original da Transolímpica, apresentado aos moradores em 2013, teriam que ser removidas por conta das obras. “Me fizeram uma proposta de R\$ 34 mil na minha casa. A minha casa, do meu filho, da minha filha e do meu genro daria R\$ 140 mil no total. Nem na própria favela consigo comprar alguma coisa por esse valor”, reclama. A oferta alternativa, de remoção para apartamentos do Minha Casa Minha Vida na Colônia Juliano Moreira, também não resolve o problema. “O apartamento tem 37 metros quadrados, feito no concreto, a cerâmica toda soltando. Você não pode lavar o apartamento, tem que passar um pano úmido, porque dá infiltração. Não pode furar um buraco na parede para pendurar nada, a parede é muito fina. É um apartamento feito para pobre”, critica, e ressalta: “Minha casa tem 60 metros quadrados. Não é de luxo, mas é confortável”. Insatisfeitos, os moradores procuraram a Defensoria Pública e, depois de várias diligências junto à prefeitura, receberam, em dezembro de 2014, a notícia de que o traçado da Transolímpica seria alterado, o que reduziu de 882 para 191 o número de famílias que teriam que ser removidas.

Daniel foi um dos que pôde ficar. Mas esse não foi o fim de seus problemas. Em meio a tudo isso, teve problemas graves de saúde, que ele associa diretamente ao estresse causado pelo processo desencadeado pelas obras. “Eu vi uma amiga sendo removida e aquilo me deu uma grande comoção. Eles chegavam com caminhões, com policiais de cassetete, parecia que estavam lidando com bandidos. Entravam nas casas e começavam a colocar os móveis de qualquer jeito no caminhão. Atrás já vinham os operários quebrando. Quando chegou de noite eu tive um infarto”, relembra. Ele conta que tinha uma confecção que empregava 20 trabalhadores na comunidade, que produzia sob contrato para uma empresa do setor. “Só que quando começaram as obras a empresa ficou com medo de ter prejuízo e nos abandonou. Hoje estou falido, não tenho renda nenhuma. Se conseguisse um dinheiro ia embora dessa cidade”, desabafa.

Foi isso o que aconteceu com Inalva Brito. Por 35 anos, Inalva foi moradora da Vila Autódromo, comunidade que se tornou símbolo da luta pela moradia na cidade por conta da resistência de seus moradores às sucessivas tentativas de remoção capitaneadas pela prefeitura desde a década de 1990, invariavelmente na esteira de algum megaevento na cidade. “Começou com a Eco 92. Na época a justificativa para tirar a gente dali era porque era uma área de proteção ambiental, quando na verdade

ali era uma colônia de pescadores desde 1908”, critica Inalva. Com o Pan-Americano de 2007, o processo se intensificou. “A apropriação dos espaços públicos pelo poder econômico, político, é tradicional em todas as cidades de grandes eventos. Com o fim dos Jogos Pan-Americanos nós vimos claramente que ele foi o ovo da serpente que mais tarde eclodiu na Copa e depois nas Olimpíadas”, afirma. Esse ano a remoção finalmente aconteceu. Das 550 famílias que residiam no local, sobraram apenas 30. “O processo de remoção da Vila Autódromo foi muito perverso. A prefeitura usou com sucesso uma técnica secular: dividir para governar. Ela pegou as pessoas que moravam de forma mais precária, sem documentação, e mandou para apartamentos do Minha Casa Minha Vida. Outra parte, as pessoas que tinham casas melhores, ela indenizou e a outra parte, que ela não pôde retirar, transformou em área de especial interesse social, que são essas 30 famílias que ficaram”, aponta. Hoje Inalva mora fora do Rio, em Miguel Pereira. “O Rio é uma cidade que não inclui trabalhadores pobres. Nunca perguntaram se a gente queria megaeventos, não discutiram com a gente, não perguntaram quais as nossas prioridades. Só enfiaram as Olimpíadas goela abaixo”. ●

# Resistência feminina no meio rural



**M**ulheres e Agroecologia', da engenheira agrônoma Emma Siliprandi, fala sobre a aproximação entre feminismo e movimentos agroecológicos e o faz a partir da trajetória de 13 agricultoras que são, elas próprias, lideranças em movimentos do campo. Há algumas maneiras diferentes de iniciar a leitura. A mais instigante, talvez, é assistir ao documentário 'As sementes', que acompanha o livro e mostra os rostos, as vozes e as expressões de quatro dessas personagens. Suas falas podem surpreender àquelas pessoas que não percebem relação alguma entre agroecologia e feminismo. Um bom ponto de partida para entender a questão vem de Izanete Chaves, agricultora familiar e membro da Coordenação do

Movimento das Mulheres Camponesas no Rio Grande do Sul: "Foi construída toda uma cultura de exploração. De explorar as mulheres e de explorar a terra".

Sua colocação evidencia uma ideia simples. Um movimento que busca produzir alimentos de maneira equilibrada e respeitosa implica necessariamente uma mudança na relação entre as pessoas e a natureza, de modo que seres humanos deixem de explorar os chamados recursos naturais para viverem em equilíbrio com eles. Se a proposta é eliminar essa vivência de exploração, a agroecologia só faz sentido se propuser também o fim da exploração entre os próprios seres humanos – o que inclui, é claro, a opressão de homens sobre mulheres.

A ideia pode ser de fato simples, mas os relatos mostram que ela não é tão fácil de ser incorporada no cotidiano. No livro, conhecemos em maior profundidade as histórias dessas e de outras personagens, com suas lutas pessoais e coletivas. Sobrecarga com os trabalhos domésticos, analfabetismo, cerceamento das atividades políticas pelos maridos e filhos, ausência de renda própria, pouco (ou nenhum) poder de decisão sobre as atividades familiares, dificuldade em acessar a terra no próprio nome e falta de documentos básicos como RG e CPF são alguns dos problemas largamente mencionados pelas mulheres: "elas se ressentiam de que o destino das mulheres rurais fosse tão duro: além de pegar no pesado, da dupla jornada, da falta de apoio ao trabalho doméstico, sentiam na pele a brutalidade dos companheiros" (p.133).

Essa brutalidade não está ausente nos movimentos sociais. Como salienta a autora, mesmo no MST – que entende desde sua origem a importância da participação feminina em todas as etapas da luta pela terra, incluindo ocupações e enfrentamentos com a polícia – a discussão sobre gênero era mal vista até meados dos anos 1990: "apesar de toda a experiência vivida nos períodos de 'luta', após a obtenção da terra, era comum que as mulheres voltassem aos seus papéis anteriores, subordinadas aos homens" (p.120).

A despeito de toda essa adversidade (e também por causa dela), mulheres do campo e das florestas vêm conseguindo se articular cada vez mais nas últimas décadas. Emma narra o surgimento e o fortalecimento desses núcleos de resistência feminina, expõe suas principais conquistas e conta como se deu a gradual aproximação com os movimentos brasileiros em defesa da agroecologia. Segundo a pesquisadora, a ação política das mulheres nessa área tem produzido resultados importantes, inclusive a abertura de espaços na direção de entidades. "Essas mulheres estão mostrando, com sua ação, que é possível resistir, denunciar, organizar-se, construindo-se como sujeitos políticos que, a partir de suas múltiplas identidades, não se conformam com o destino 'injusto e amargo' reservado a elas no patriarcado" (p.338), escreve a pesquisadora. Conhecer as histórias costuradas no livro gera ao mesmo tempo revolta e esperança: ainda há muito chão pela frente, mas o caminho está traçado. ●

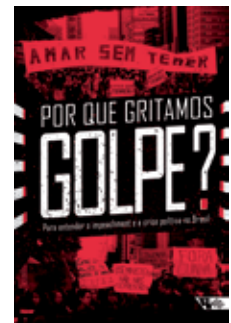
**Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as flores e as pessoas.** Emma Siliprandi. Ed. UFRJ, 2015, 352p.

Raquel Torres é jornalista da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola)

## PUBLICAÇÕES



*A Onda Conservadora*  
Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil  
Felipe Demier e Rejane Hoeveler (orgs.)  
Editora Mauad X



*Por que gritamos golpe?*  
Para entender o impeachment e a crise política no Brasil  
Ivana Jinkings, Murilo Cleto e Kim Doria (orgs.)



*Aos nossos amigos – Crise e insurreição*  
Comitê invisível  
N-1 Edições



# Ocupação

Escolas, prédios públicos, edifícios antes abandonados, latifúndios improdutivos, terras e sedes de multinacionais... O que todos esses espaços têm em comum é o fato de já terem sido ou estarem neste momento ocupados por movimentos e grupos organizados, com pautas de reivindicação de direitos negados ou de denúncia. “A gente se divide em grupos de trabalho, como programação, articulação, segurança, jurídico, de infraestrutura, que são todos os pilares que precisamos organizar para que a ocupação continue funcionando. Nós temos uma pauta principal que é o Fora Temer. É muito importante deixar claro que a ocupação não é só pelo Ministério da Cultura. Inclusive o Temer, que não reconhecemos como presidente, voltou atrás na extinção do ministério e ainda assim continuamos ocupando porque não consideramos nenhuma ação que aconteça a partir desse governo ilegítimo. Enquanto ele não cair, a gente continua ocupando o prédio”, informa a figurinista Gabriela Campos, uma das ocupantes do edifício Gustavo Capanema, sede do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro, ocupado quatro dias após a posse de Michel Temer.

No centro da cidade, o Capanema acabou sendo um ponto de encontro de diversos movimentos e setores que se posicionam contra o atual governo interino. “A ocupação é uma maneira legítima e muito eficiente de se posicionar e ser ouvido. São corpos resistindo, reexistindo, reinventando aquele lugar e não deixando que ele seja apropriado por outra força que consideramos que é conservadora, retrógrada, que não contribui em nada com a cultura que a gente precisa ter nesse país”, defende Gabriela.

A professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão e pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debate em Serviço Social, Zaira Sabry, define as ocupações na atualidade. “Como lição para diversos sujeitos sociais, a ocupação expressa importante estratégia atual de luta e resistência, imprimindo novas configurações, mas sempre com a natureza da contestação”, pontua. Ela cita como exemplos as recentes ocupações de escolas públicas e de prédios públicos em reação ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. “Com isso, podemos entender a ocupação como processo histórico, dinâmico, que foi se configurando social e politicamente, que apresenta dimensões diversas e assume papel estratégico na resistência e luta popular”, sintetiza.

## Como tudo começou

Para chegarmos ao sentido da ocupação como entendemos hoje, é importante compreender como atores sociais protagonizaram diversas formas de resistência contra a ordem estabelecida ainda no século 19, como explica Zaira. “Esse termo resulta do processo histórico desencadeado pelas lutas e movimentos sociais no enfrentamento às determinações socioeconômicas cujas bases se encontram na concentração da terra, uso da força de trabalho escrava, negligência com a produção para a população pobre e privilégio da produção para o mercado externo”, afirma. A professora lembra que o povo negro foi protagonista do que podem ser consideradas formações de ocupações com os quilombos. “Com a ocupação de terras distantes, os negros imprimiam a luta pela sobrevivência, mas também por outro modo de organizar a vida social com base em outras referências produtivas, outra relação com a natureza e com os próprios homens”, descreve.

Já na contemporaneidade, a ocupação ganha forma como método de movimentos que reivindicam direitos como terra e moradia. A professora do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Araraquara) Maria Orlanda Pinassi lembra que antecedem esse

momento os casos de Canudos, na Bahia, no final do século 19 e mais recentemente, Trombas e Formoso, entre 1950 e 1960, como exemplos de ocupação clássica no campo brasileiro. “Mas é dos anos 1980 para cá que a ocupação vai ganhar bastante fôlego, sobretudo pelo MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra]. É o MST que traz novamente essa forma de reivindicação da reforma agrária com a ocupação de terras e de prédios públicos”, situa.

O primeiro e o segundo congressos do MST têm como lemas: “Ocupação é a única solução” (1985) e “Ocupar, resistir e produzir” (1990). Segundo Bia Carvalho, da direção estadual do MST no Rio, a ação de ocupar continua sendo uma estratégia do movimento. “Mesmo fazendo ocupações, temos áreas de acampamento que têm sete e até mais anos de existência. O certo seria essas terras serem arrecadadas sem que precisássemos fazer isso, mas na própria história do movimento a gente aprendeu que se não mostrar que tem um processo de pressão, de organização das famílias, essas terras nunca vão ser destinadas para os trabalhadores”, lamenta.

Para Maria Orlanda Pinassi, foram as mulheres do MST e da Via Campesina – movimento que reúne diversos grupos que reivindicam direitos no campo – que protagonizaram uma mudança no caráter das ocupações já nos anos 2000. “Elas fizeram uma forma de ocupação que não é reivindicativa, mas um pouco mais ofensiva, com um caráter de denúncia, sobretudo em função dos impactos que o agronegócio impõe ao meio ambiente e impede a reforma agrária. É uma estratégia que começa a ser diferente”, aponta.

Bia Carvalho chama essas ações protagonizadas pelas mulheres de “ocupações simbólicas”. “Com isso, nós queremos dizer que tem terra agricultável no país, mas que essa terra não está sendo

destinada para o fim ao qual deve ser. Então a gente utiliza a ocupação para poder denunciar a produção de transgênicos e a produção de experiências alimentares que representam danos à saúde e ao meio ambiente”. No último mês de abril, na cidade de Mariana (MG), as mulheres da Via Campesina ocuparam a sede da Samarco para denunciar o crime ambiental cometido pela empresa com o rompimento das barragens de rejeitos em novembro de 2015.

## Do campo para a cidade

Um pouco mais recente do que o MST, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que atua há dez anos, também tem nas ocupações um método de pressionar pela garantia do direito à moradia. “Não há uma conquista do MTST que em algum ou em todos os momentos não tenha tido ocupação. A maior e principal conquista que o MTST tem e que nos dá mais orgulho, o condomínio João Cândido, construído em Taboão da Serra [região metropolitana de São Paulo], com mais de 900 unidades habitacionais, só foi conquistado através de uma jornada de ocupações. Foi muita ocupação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo, da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades. Teve ocupação até de cartório para liberarem os documentos mais rápido”, conta Vitor Guimarães, membro da coordenação nacional do MTST. Orgulhoso, ele explica que o condomínio João Cândido é modelo porque com o mesmo valor em que as empreiteiras construíam na época (2014) apartamentos de dois quartos com 39 metros quadrados, sob coordenação do próprio MTST por meio do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) entidades, foram construídos apartamentos de dois quartos com 54 metros quadrados e de três quartos com 63 metros quadrados. O condomínio também é o único do MCMV destinado a pessoas da faixa de menor renda que possui elevadores.

Vitor acrescenta que a ocupação é, para o MTST, não apenas um método, mas também uma filosofia de luta que traz uma potencialidade revolucionária. “Para construir a transformação da sociedade, a gente precisa que os trabalhadores estejam organizados e que acreditem que a luta muda a vida. Então, a autogestão nas ocupações, o exercício de uma nova vida, de um novo jeito de se relacionar entre as pessoas dentro das ocupações, que é o que a gente se esforça para fazer, reduzindo as opressões e as relações mercantilistas, isso tudo são exercícios que podem eventualmente caminhar para uma transformação total da sociedade”, acredita.

## Transformações

Para Maria Orlanda Pinassi, para além das ocupações que reivindicam direitos como a terra e a moradia, que tem uma importância histórica em um país concentrador de terras e capitais como o Brasil, têm ganhado mais destaque neste momento as ocupações de protesto contra o desmonte de conquistas recentes. A professora acredita que ainda que não se possa considerar as ocupações de escolas, por exemplo, como estratégias de luta anticapitalista, as iniciativas atuais acabam ganhando radicalidade. “São lutas contra a ruptura que o próprio Estado e o grande capital estão estabelecendo com um parâmetro de sociedade mais igualitária, mais justa. Nesse sentido, se dão dentro do campo do próprio capitalismo, mas acabam ganhando radicalidade em função, sobretudo, da ruptura que o capital e o Estado estão promovendo, porque o Estado hoje tem uma relação direta com o grande capital e não está mais disposto a ceder em absolutamente nada”, analisa. Segundo Maria Orlanda, o Brasil entra agora em um novo momento da relação entre capital e trabalho. “O Estado vem desmontando algumas das conquistas da sociedade brasileira, uma delas é a escola pública, outra é a saúde, e a luta pela preservação desses setores acaba se tornando uma luta radical”, complementa.

Na mesma esteira de endurecimento e ataque às conquistas da classe trabalhadora, Maria Orlanda situa também uma disputa da ação de ocupar. “A direita esteve na avenida Paulista como uma estratégia para

empurrar o impeachment. Não podemos esquecer que era uma ocupação da direita patrocinada pela Fiesp [Federação das Industrias do Estado de São Paulo]”, observa. A professora lembra ainda que a tomada de territórios vulneráveis, como de favelas por forças policiais, também é chamado de ocupação, mas, nesse caso, o sentido é o inverso: trata-se de uma estratégia de repressão. Outro exemplo é o da ocupação da Palestina por Israel. “Os exemplos, neste sentido, são vários. Ou seja, a ocupação surge como esgotamento do sentido democrático e mediador do Estado entre capital e trabalho. Então, as ocupações populares tendem, também, a radicalizar, ainda que não sejam anticapitalistas necessariamente”, reforça.

Para a professora, a potencialidade de mudanças radicais na sociedade a partir de ocupações como a das escolas públicas tem a ver com as conexões que esses movimentos podem ser capazes de estabelecer. “Temos que pensar quais são as origens sociais desses meninos e meninas. São filhos de uma classe trabalhadora que vem sendo golpeada de tudo quanto é lado, pelo PLC 30 [que regulamenta as terceirizações], por exemplo. E já existem movimentos de pais não só ajudando na retaguarda, mas também assumindo um papel para que o movimento não seja criminalizado. Uma outra ponte importante é com os professores das escolas públicas”, salienta.

Foi também no esforço de estabelecer conexões que militantes do MST levaram alimentos produzidos nos assentamentos da reforma agrária para as escolas ocupadas pelos estudantes no Rio de Janeiro e fizeram rodas de conversa sobre a reforma agrária. “Fomos lá nos solidarizar com a luta. A gente está no campo, mas a gente também defende um projeto de sociedade e a educação pública é uma bandeira de luta também do MST. Levamos limão, aipim, queijo, laranja. A ocupação dá essa legitimidade de colocar em pauta e dar materialidade à luta e os estudantes conseguiram demonstrar isso”, afirma Bia. ●

*Raquel Júnia*